



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: Análise da Experiência na Educação Superior

Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante

Belém – Pará
2025



Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: Análise da Experiência na Educação Superior

Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Aline Beckmann de Castro Menezes.

Belém – Pará
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

C376a Cavalcante, Anne Victoria Castro de Moura, 1999-
Ambiente nutridor e educação de refugiados: análise da experiência
na educação superior / Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante. —
2025.
126 f. il.

Orientadora: Aline Beckmann de Castro Menezes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2025.

1. Psicologia: pesquisa experimental. 2. Análise do comportamento.
3. Ambiente nutridor. 4. Refugiados (processo educacional). 5.
Educação superior. 6. Inclusão. I. Título.

CDD - 23. ed. — 150.724

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante.

Mail: annevicmoura@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA –
Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da
Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do
Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Mestrado

“Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: análise da experiência na educação superior.”

Aluna: Anne Victória Castro de Moura Cavalcante.

Data da Defesa: 04 de abril de 2025.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª Drª Aline Beckmann de Castro Menezes (orientadora – UFPA).

Profº Drº Aécio de Borba Vasconcelos Neto (membro 1 – University of Texas).

Profº Drº Ronaldo Marcos de Lima Araújo (membro 2 – UFPA)

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: Análise da Experiência na Educação Superior

Data da Defesa: 04/04/2025 Área do Conhecimento: Psicologia Experimental

Agência de Fomento: CAPES

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

() Sim

(X) Não

Permitir modificações em sua obra?

(X) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

() Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 05/06/2025

Documento assinado digitalmente
ANNE VICTORIA CASTRO DE MOURA CAVALCAN
Data: 05/06/2025 11:19:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

*Dedico às quatro pessoas que, desde minha
primeira memória de vida, me nutrem*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos por insistentemente permanecerem ao meu lado.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Aline Beckmann, por ter sido meu referencial e suporte em mais essa etapa acadêmica. Agradeço especialmente pela qualidade da relação de trabalho que sempre foi afetiva, estimulante e respeitosa. Espero renovar em breve nosso contrato de relacionamento.

Agradeço aos meus colegas de laboratório e grupo de pesquisa que enriqueceram meu trabalho e me nutriram em diversas oportunidades.

Aos docentes e profissionais que indiretamente contribuíram com essa pesquisa em etapas parciais.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, por além de me formar, disponibilizar-se como lócus de pesquisa para o meu tema.

Ao meu programa de pós-graduação e à CAPES pelos incentivos para tornarem o mestrado uma realidade possível.

E, especialmente, aos participantes da minha pesquisa que cooperativamente se dispuseram a construir esse trabalho comigo.

Cavalcante, A.V.C. de M. (2025). Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: Análise da Experiência na Educação Superior. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA, 126 p.

RESUMO

O deslocamento de pessoas, seja de forma voluntária ou forçada, não é um fenômeno recente na história. Na última década, o movimento de refugiados tem sido classificado como uma crise, dada a intensificação dos fluxos migratórios e a complexidade dos direitos envolvidos no processo de reassentamento. Considerando que a educação desempenha um papel fundamental na adaptação e no sucesso social, o contexto atual exige uma reflexão aprofundada sobre o processo educacional dos refugiados no ensino superior, abordando não apenas o ingresso, mas também as condições necessárias para sua permanência e sucesso acadêmico. Nesse sentido, o conceito analítico-comportamental de Ambiente Nutridor (A.N), que enfatiza o impacto positivo de um ambiente estimulante no bem-estar e desenvolvimento dos indivíduos, foi utilizado na presente pesquisa como referencial teórico de base. A pesquisa foi organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo incorreu em uma revisão bibliométrica sobre educação de refugiados e os principais dados apontam para uma atividade científica ainda pouco padronizada e sistematizada, com produção cronológica emergente e temáticas pouco aprofundadas. O segundo capítulo descreve entrevistas semiestruturadas com refugiados inseridos na educação superior e discute os dados a partir do conceito de A.N. Os resultados mostraram a presença de três das quatro categorias do referencial teórico e evidenciaram temáticas compartilhadas que agem na experiência educacional como fatores de risco e proteção. O terceiro capítulo descreveu um mapeamento institucional em formato de estudo de caso analisando os dados também a partir do conceito de A.N. Encontrou-se uma estrutura de regulamentação ainda incipiente e concentrada na minimização de condições sociais e biologicamente tóxicas. A principal contribuição dessa pesquisa parte do diagnóstico científico, empírico e institucional sobre a educação de refugiados para a proposta de um modelo teórico que viabilize a operacionalização do acolhimento de refugiados com vistas à intervenção efetiva e promoção de subsídios para avaliação e criação de políticas institucionais.

Palavras-chave: Ambiente Nutridor. Refugiados. Educação Superior. Inclusão.

Cavalcante, A.V.C. de M. (2025). *Nurturing Environment and Refugee Education: Analysis of the Experience in Higher Education*. Master's Thesis. Graduate Program in Theory and Research of Behavior. Belém-PA, 126 pages.

ABSTRACT

The displacement of people, whether voluntary or forced, is not a recent phenomenon in history. Over the past decade, the refugee movement has been classified as a crisis due to the intensification of migratory flows and the complexity of the rights involved in the resettlement process. Given that education plays a fundamental role in adaptation and social success, the current context demands an in-depth reflection on the educational process of refugees in higher education, addressing not only their admission but also the conditions necessary for their retention and academic success. In this regard, the behavioral-analytical concept of a Nurturing Environment (N.E.), which emphasizes the positive impact of a stimulating environment on individual well-being and development, was used in this research as the primary theoretical framework. The study was structured into four chapters. The first chapter conducted a bibliometric review on refugee education, revealing that scientific production in this field is still poorly standardized and systematized, with an emerging chronological trajectory and underexplored themes. The second chapter presents semi-structured interviews with refugees enrolled in higher education and analyzes the data through the lens of N.E. The findings indicated the presence of three out of the four theoretical categories and highlighted shared themes that act as risk and protective factors in the educational experience. The third chapter involved an institutional mapping through a case study approach, also analyzed based on the concept of N.E. The results revealed that the existing regulatory framework remains incipient and is primarily focused on minimizing socially and biologically toxic conditions. The main contribution of this research lies in the scientific, empirical, and institutional diagnosis of refugee education, which serves as a foundation for proposing a theoretical model to operationalize refugee support. This model aims to enable effective intervention and provide insights for evaluating and developing institutional policies related to refugee inclusion.

Keywords: Nurturing Environment. Refugees. Higher Education. Inclusion.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Capítulo 1 - Educação Escolar de Refugiados: Revisão Bibliométrica | 13 |
| Introdução | 13 |
| Método | 17 |
| Resultados | 24 |
| Discussão | 37 |
| Considerações finais | 41 |
| Capítulo 2 - Educação Superior de Refugiados e Ambiente Nutridor | 43 |
| Método | 57 |
| Procedimento | 61 |
| Resultados e Discussão | 64 |
| Considerações finais | 86 |
| Capítulo 3 – Políticas Institucionais Para Inclusão de Refugiados: Um Estudo sobre a Universidade Federal do Pará | 88 |
| Método | 93 |
| Resultados e Discussão | 96 |
| Considerações finais | 102 |
| Capítulo 4 - Tecituras Sobre A Educação Superior de Refugiados | 105 |
| Referências | 114 |
| Apêndice A | 122 |
| Apêndice B | 125 |
| Apêndice C | 126 |

Apresentação

O presente trabalho, intitulado “Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: Análise da Experiência na Educação Superior” está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC), da Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de pesquisa de Psicologia Experimental e na subárea de Desenvolvimento de Tecnologia Comportamental.

O trabalho está situado na temática de educação de refugiados e sua estrutura está dividida em capítulos. Esse formato foi escolhido por: a) organização para o leitor da dissertação e b) derivação de publicações independentes em formato de artigo científico. Sobre este último, o objetivo principal é expandir o alcance do conhecimento produzido pela pesquisa. Contudo, para o leitor da dissertação integral, pode haver repetições ao longo dos capítulos tendo em vista a necessidade de fundamentar teoricamente e fornecer todos os dados necessários para que os capítulos resultem em artigos de qualidade para o leitor desse segundo formato.

O Capítulo 1 apresenta a contextualização do tema de educação de refugiados por intermédio de uma revisão bibliométrica. Esta revisão foi realizada de maneira ampla, sem delimitar nível educacional, país e período, pois o objetivo era alcançar um panorama geral sobre como a temática tem sido abordada em pesquisas científicas. O Capítulo 2 concentra-se especificamente na educação superior, nível contemplado pelo problema de pesquisa proposto nesta dissertação, por meio da condução de entrevistas semiestruturadas. O capítulo 3, em formato de mapeamento institucional, é um subproduto do anterior que se justifica por dois principais fatores: o primeiro deles é para aprofundamento no lócus de pesquisa e o segundo para obtenção um tipo de dado diferente daqueles coletados nos capítulos anteriores a fim de ampliar

o panorama exploratório da presente pesquisa. O Capítulo 4, único não previsto para publicação em formato de artigo, é uma consideração final da dissertação que reúne articulações transversais entre os demais capítulos.

Os Capítulos 2, 3 e 4 são embasados no referencial teórico proposto no título da dissertação: o conceito de Ambiente Nutridor. A discussão proposta a partir desse conceito leva em consideração mais do que o acesso à educação superior e convida a refletir sobre a qualidade da experiência do estudante. Espera-se que essa pesquisa seja apenas uma de muitas que se preocuparão com a garantia de direitos fundamentais aliada às melhores condições possíveis para o desenvolvimento humano.

Capítulo 1 - Educação Escolar de Refugiados: Revisão Bibliométrica

Introdução

O deslocamento e trânsito de pessoas pelos países do mundo, seja voluntário ou forçado, não é um fenômeno novo na história (C. Oliveira et al., 2017). No que toca ao deslocamento forçado, o primeiro marco global para o manejo de tais fluxos data de 1951, no contexto pós 2º Guerra Mundial, com a Convenção das Nações Unidas relativas ao Estatuto dos Refugiados (1951). Um ano antes, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada a agência Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)¹. Sua incumbência era zelar pela aplicação de convenções internacionais que assegurassem a proteção de refugiados, objetivo este inaugurado e materializado com a referida Convenção de 1951, atualmente um dos tratados mais apoiados no mundo (UNHCR, 2021).

Estes esforços entre países foram necessários em função do grande contingente de refugiados e apátridas ao final da 2º Guerra Mundial e da necessidade de acolhimento tendo em vista o princípio soberano dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Apesar da Convenção de 1951 ter representado, na época, um grande incentivo global para a acolhida de refugiados, o documento oficial cobria apenas eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Assim, em 1966, o ACNUR somou aos

¹ Tal sigla se refere à tradução do inglês para o português brasileiro. A sigla original é UNHCR, que abrevia United Nations High Commissioner for Refugees. Como se trata de uma agência que atua em âmbito global, suas sedes em diferentes países são responsáveis por diferentes publicações. Assim, quando usada referência ACNUR no texto será para publicações brasileiras e UNHCR para publicações norte-americanas.

esforços globais o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967), retirando as limitações temporais e geográficas no processo de acolhimento ao país de chegada. A convenção de 1951 e o Protocolo de 1966, juntos, são a pedra angular de incentivo global ao enfrentamento do deslocamento forçado e ambos os documentos são de livre adesão.

Para além dos documentos internacionais mencionados, fica a cargo de cada país desenvolver e implementar suas políticas de acolhimento para essa população. As principais condições que implicam na situação de refúgio são reconhecidas internacionalmente, mas cada país define na sua legislação as especificidades necessárias para reconhecer legalmente a condição de refúgio. Os conflitos geopolíticos e armados continuam sendo a maior causa de deslocamento forçado no mundo, mas, além disso, já se reconhece também como causa a violação grave e generalizada de direitos humanos, a ocorrência de desastres ambientais e a perseguição relacionada às questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política (UNHCR, s/d).

Nos últimos anos, o tratamento sobre a questão dos refugiados tem sido frequentemente adjetivado com o fator “crise”, sendo considerado grave. Ainda que os fluxos de deslocamento não sejam novos, como já foi citado, o que se tem de inédito na atual conjuntura é a intensificação de tais fluxos relacionada tanto ao quantitativo quanto à complexidade, apresentando tendências de crescimento a cada ano (UNHCR, 2023a). São inúmeras as dimensões de direitos fundamentais que carecem de mobilização e intervenção em larga escala dos países de chegada para responder satisfatoriamente às necessidades dos refugiados. De modo geral, são exigidos esforços generalizados nas estruturas estatais por meio da criação,

reformulação e implementação de políticas. São necessários recursos tanto para acolher pessoas em trânsito, quanto para acolher aqueles que desejam se reassentar no país (de chegada/destino) e acessar na integralidade o direito à cidadania, usufruindo permanentemente de todas as esferas sociais. Para ambos os casos, e especialmente para este último, a continuidade da formação escolar é preditora positiva para adaptação social e apresenta relação direta com a empregabilidade a curto, médio e longo prazo, além de configurar um direito básico e universal. Além disso, o fato de uma parcela significativa dos refugiados no mundo ser de pessoas em idade escolar (UNHCR, 2023b) é suficiente para colocar a educação em prioridade.

O Relatório sobre Educação de Refugiados do ACNUR de 2023 (UNHCR, 2023b) baseou-se em dados de mais de 70 países que abrigam pessoas refugiadas para fornecer um diagnóstico sobre a situação da educação de refugiados em todo o mundo: até o fim de 2022, o número de refugiados em idade escolar aumentou quase 50% em relação aos 10 milhões do ano anterior, impulsionado principalmente pela guerra envolvendo a Ucrânia. Além da quantidade, existe um agravante – que se relaciona de forma transversal com outras dimensões da vida humana - impresso pela natureza do deslocamento dessa população: a compulsoriedade da migração implica em maior vulnerabilidade (Mendola & Pera, 2022). Isso pode se manifestar em termos burocráticos para a validação de diplomas e outros documentos escolares; em interrupção escolar por tempo indeterminado; em fragilidade psicossocial pela história prévia e presente; em falta de suporte para adaptação linguística e cultural; em preconceito e xenofobia. Além disso, a precarização de direitos básicos como moradia, saúde e trabalho exerce influência significativa no processo (I. Santos, 2021).

Em 2017, foi publicado o documento “Objetivos do desenvolvimento sustentável” (United Nations, 2017), resultado de uma conferência mundial que adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos estados-membros da ONU. Considerado um marco global, dos 17 objetivos listados, o quarto versa sobre a educação de qualidade, enfatizando inclusão, equidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O documento sugere que a educação seja tratada como bem comum global, sendo a base para garantia e realização de outros direitos (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2017). Não apenas por conta da crise de refugiados, mas também por ela, cada vez mais a educação vem sendo discutida de forma global, dissertando sobre as salas de aula multiculturais, com ampla diversidade de repertórios escolares e de vivências sociais. A Educação Culturalmente Responsiva, por exemplo, tem sido compreendida como um domínio que abrange teoria, prática e aspectos políticos, direcionando sua atenção para a diversidade cultural e combatendo preconceitos enquanto destaca a importância da identidade como elemento central para promover uma educação que valorize a diversidade no ambiente escolar (Gay, 2013). Todas essas tendências de discussão, apesar de urgentes e cada vez mais presentes, ainda são recentes e pouco desenvolvidas quando comparadas às demandas já estabelecidas.

Diante disso, pode-se dizer que as tendências dos fluxos migratórios da última década apontam para uma realidade multicultural que exige aporte teórico e prático de todos os países envolvidos. Tendo em vista o papel político da atividade científica, propõe-se a realização de uma revisão bibliométrica nesse contexto pela possibilidade de identificar tendências e lacunas de pesquisa para fornecer dados úteis para a proposta e desenvolvimento de políticas públicas.

Além do mais, não foram encontrados estudos dessa natureza em uma busca assistemática nas principais bases de dados em educação e ciências humanas. Assim, sob o norteamento do problema de pesquisa “Como a educação de refugiados² é abordada na literatura científica?”, o objetivo deste estudo é explorar a atividade científica em torno da temática com o intuito de responder à demanda social acerca da educação de refugiados.

Método

Delineamento do Estudo

Este estudo propõe responder ao problema de pesquisa por intermédio de uma Revisão Bibliométrica de caráter exploratório. O princípio da bibliometria é a análise da atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações (Silva et al., 2011). Quanto à análise de dados, por ser um método predominantemente quantitativo, os estudos recorrem com frequência à utilização de abordagens estatísticas e matemáticas no conjunto de fontes bibliográficas selecionadas no estudo, tendo como produto indicadores científicos.

Esse tipo de estudo incide sobre diversas dimensões, variando de acordo com o objetivo da pesquisa, como por exemplo: a literatura de campos científicos ou de assuntos específicos dentro de uma área de conhecimento; a produtividade de autores; a obsolescência da literatura, as frentes de pesquisa e a análise de periódicos de um campo científico; a produção de indicadores baseados em contagem de publicações e patentes tecnológica (Silva et al., 2011). A bibliometria também vem sendo conjugada a outros referenciais e métodos de pesquisa para interpretar os

² Neste trabalho, considera-se como ‘refugiado’ as pessoas que já foram legalmente reconhecidas como refugiadas nos países de acolhida, as pessoas solicitantes de asilo que estão no país de acolhida aguardando o reconhecimento do status e as pessoas consideradas apátridas.

indicadores produzidos a partir do contexto sócio-histórico em que a atividade científica é produzida, partindo do pressuposto de que, dependendo do problema de pesquisa, as técnicas bibliométricas utilizadas isoladamente podem não ser suficientes para interpretar os indicadores produzidos (Araújo, 2006).

Para esta pesquisa foram adotadas as seguintes etapas: 1) planejamento da pesquisa a partir dos objetivos; 2) definição das bases de dados, filtros de pesquisa e critérios de elegibilidade; 3) definição de abordagem bibliométrica (análise por citação, autoria, periódico etc.) e do programa para visualização de dados; 4) análise dos resultados de acordo com a abordagem bibliométrica definida; 5) visualização e interpretação dos resultados. Essa pesquisa utilizou as diretrizes do *Preferred Report Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) para a apresentação dos dados desde a identificação inicial até a síntese.

Estratégia de Busca

O período de buscas nas bases de dados ocorreu em junho de 2023. Após uma investigação assistemática em bases de dados de ciências humanas e educação para saber quais eram nucleares, ou seja, com as maiores concentrações de artigos sobre o referido tema, as bases selecionadas para a pesquisa foram a *Web of Science* e *Scopus*. Para ambas as bases foram aplicados os seguintes descritores e Operador Booleano nos campos título e resumo: *Education AND Refugee*.

Critérios de Elegibilidade

Foram incluídos artigos revisados por pares, delimitados no ensino regular e na educação formal, compreendidos entre a educação infantil e a educação superior (nível de graduação) e com objetivo geral e/ou específicos relacionados diretamente à população de refugiados.

Foram excluídos os artigos indisponíveis na íntegra para *download* gratuito; artigos que descrevessem ou dissertassem sobre experiências escolares em emergências e/ou transitórias; artigos que descrevessem ou dissertassem sobre experiências escolares integralmente mediadas por meios e tecnologias de informação e comunicação; artigos que não diferenciavam a definição de (i)migrantes e refugiados; artigos com dados de (i)migrantes e refugiados que não foram separados na análise; artigos com dados de experiência formais e informais em educação que não foram separados na análise. Optou-se por não inserir dados mesclados de (i)migrantes e refugiados porque, apesar de ambos compartilharem o deslocamento, a variável compulsória imprime marcadores específicos para a população refugiada. De igual modo, desejou-se visualizar apenas os dados da educação formal.

Extração e Síntese dos Dados

Foram coletados 6.285 artigos nas bases de dados. Eles foram exportados em formato *BibTex* para o gerenciador de referências *Mendeley* (*The Mendeley Reference Management Software*). A pesquisadora realizou o primeiro filtro por meio da análise dos títulos e resumos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão (ver subseção seguinte). Posteriormente, foi realizada leitura completa dos trabalhos mantidos para selecionar os artigos para análise final.

Dos 163 artigos incluídos para análise final foram recolhidas as seguintes informações: palavras-chave, autoria, periódico de publicação, ano de publicação, tipo de pesquisa (teórica ou empírica), abordagem predominante (qualitativa ou quantitativa), natureza dos dados coletados (primária ou secundária), caráter predominante dos objetivos gerais (descritiva, explicativa ou exploratória), procedimento técnico predominante (com bases nas categorias descritas por Gil (2023): pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, ensaio clínico, estudo caso-controle, estudo de coorte, estudo de caso, levantamento de campo, pesquisa narrativa, pesquisa etnográfica, pesquisa fenomenológica, pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa de métodos mistos e teoria fundamentada nos dados), menção ao país de origem e de reassentamento, nível de ensino abordado³ e temática central (classificação agrupada dos temas centrais construída a partir da leitura dos artigos da seleção final). Sobre esta última informação, o processo de criação de temática e de classificação do artigo foi realizado pela pesquisadora e uma auxiliar de pesquisa e foi reservado espaço para a contribuição de um terceiro revisor em casos de discordância. A tabela 1 descreve as categorias finais com suas respectivas definições.

Quadro 1.

Descrição Das Categorias Temáticas Para Classificação Dos Artigos.

| Categoria | Definição |
|-------------------------|--|
| Adaptação Escolar Geral | Discussão centrada em uma descrição ampla sobre os aspectos de ajuste a um novo ambiente escolar sem ênfase em uma dimensão específica da adaptação. |

³ Em função do idioma dos descritores utilizados nas buscas, adotou-se a classificação de níveis de ensino utilizada na América do Norte e em parte considerável da Europa: nível primário, secundário e terciário.

| | |
|---|---|
| Desafios para a Educação Global | Discussão centrada nos obstáculos para promoção da educação em pelo menos uma das esferas a seguir: Desenvolvimento, Direitos Humanos, Sustentabilidade, Paz e Prevenção de Conflitos e Educação Intercultural. |
| Garantia de Direitos e Políticas Públicas | Discussão centrada no conjunto de ações e estratégias destinadas a assegurar o direito fundamental à educação e abordá-la por meio de políticas públicas específicas. |
| Acesso à educação | Discussão centrada no conjunto de condições e medidas que possibilitem ao indivíduo a oportunidade de ingressar, permanecer e progredir no sistema educacional. |
| Iniciativas Institucionais para Inclusão | Discussão centrada no conjunto de ações e estratégias implementadas por instituições de ensino para promover a inclusão de estudantes e criar ambientes inclusivos, colaborativos e interconectados. |
| Barreiras Linguísticas | Discussão centrada nos obstáculos e desafios existentes devido às diferenças linguísticas entre indivíduos/grupos que dificultam a comunicação efetiva, a compreensão mútua e a participação plena no contexto escolar. |
| Formação de Professores | Discussão centrada no conjunto de processos, estratégias e práticas educacionais destinadas a preparar e desenvolver profissionais que atuam na área da educação de refugiados. |
| Bem-Estar e Saúde Mental | Discussão centrada no conjunto de práticas, políticas e abordagens que visam promover o bem-estar emocional e mental de estudantes refugiados no contexto escolar. |

| | |
|------------------------------------|--|
| Envolvimento Parental | Discussão centrada no grau e natureza da participação ativa dos pais ou responsáveis na vida educacional de estudantes refugiados. |
| Transição Escolar | Discussão centrada no processo de mudança que estudantes refugiados enfrentam ao passar de um nível de ensino para o seguinte. |
| Relação Professor-Aluno | Discussão centrada na dinâmica e qualidade da interação entre professores e estudantes refugiados em ambiente educacional. |
| Desafios Durante a Pandemia | Discussão centrada na variedade de obstáculos e complexidades que surgiram no contexto escolar devido aos efeitos da pandemia de Covid-19. |
| Educação ao Longo da Vida | Discussão centrada no conceito educacional que reconhece a importância da aprendizagem contínua e do desenvolvimento ao longo de todas as fases da vida. |
| Interseccionalidade | Discussão centrada no conceito teórico e analítico que reconhece a interconexão e sobreposição de diferentes formas de opressão, discriminação e desvantagem social no contexto escolar. |
| Planejamento e Estratégias de Aula | Discussão centrada no conjunto de atividades e decisões que os educadores realizam para organizar, estruturar e conduzir o processo de ensino-aprendizagem de maneira eficaz. |
| Preconceito | Discussão centrada em atitudes, crenças ou ações discriminatórias e injustas direcionadas à estudantes refugiados no contexto escolar, com ênfase no impacto causado nas vítimas. |
| Tutoria e Mentoria | Discussão centrada nas práticas educacionais que envolvem o suporte, orientação e desenvolvimento de habilidades de um |

indivíduo por meio da interação com um tutor ou mentor.

| | |
|-------------------------------|--|
| Aspirações Educaionais | Discussão centrada nas metas, objetivos e ambições que estudantes refugiados têm em relação à sua educação e formação ao longo da vida. |
| Ativismo Docente | Discussão centrada na prática de professores que, além de suas responsabilidades de ensino, envolvem-se ativamente em questões sociais, políticas e educacionais relacionadas à população de estudantes refugiados, com o objetivo de promover mudanças positivas. |
| Educação para Superdotados | Discussão centrada em abordagens educacionais específicas projetadas para atender às necessidades de alunos refugiados superdotados. |
| Privatização da Educação | Discussão centrada na crítica ao modelo educacional no qual serviços educacionais são fornecidos por entidades privadas e na forma como esse modelo impacta a educação de refugiados. |
| Qualidade da Educação | Discussão centrada na avaliação abrangente do valor, eficácia e relevância do sistema educacional em oferecer aprendizado significativo e oportunidades para estudantes refugiados. |

Síntese, Análise e Visualização dos Dados

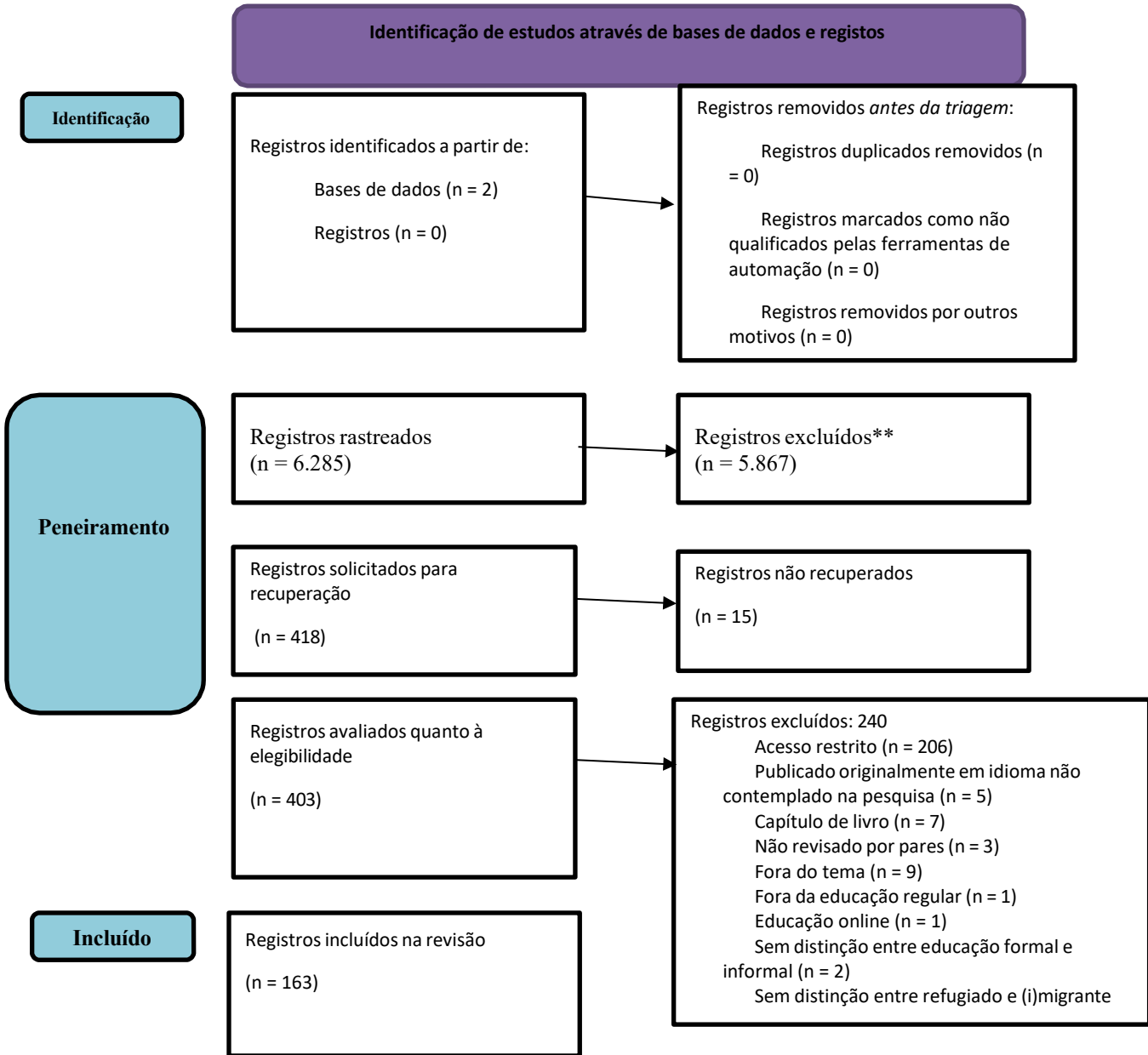
Quanto à síntese dos dados, os artigos incluídos para a análise final foram mantidos no *Mendeley* e organizados em pastas por ano de publicação. O editor de planilhas *Microsoft Excel* foi utilizado para a criação da tabela com as informações extraídas dos artigos selecionados. A análise dos dados foi dividida em dois momentos, agrupando diferentes tipos de informação: a)

para autoria, periódico de publicação e palavras-chaves foram aplicadas leis bibliométricas, respectivamente, a Lei de Lotka, de 1926, que postula que dentro de uma especialidade científica, coexiste um pequeno número de pesquisadores extremamente produtivos com uma grande quantidade de cientistas menos produtivos (Lotka, 1926); a Lei de Bradford, de 1934, que postula sobre o núcleo de periódicos que mais se concentra em determinado tema (Bradford, 1985); e a Lei de Zipf, de 1949, que postula que a palavra-chave mais frequente ocorrerá, aproximadamente, duas vezes mais frequentemente do que a segunda palavra mais frequente, três vezes mais vezes que a terceira palavra mais frequente, e assim sucessivamente (Zipf, 1949); b) para as demais informações extraídas dos artigos selecionadas foi realizada uma síntese quantitativa. Para a visualização dos dados, foi utilizado o *Microsoft Excel* para a criação de tabelas e figuras.

Resultados

A busca inicial nas bases de dados selecionadas resultou em um total de 6.285 documentos. Uma triagem inicial por título e resumo foi realizada e 1.057 documentos foram incluídos para análise posterior. Uma segunda triagem foi realizada com leitura parcial em formato de fichamento para verificar a elegibilidade que não possível aferir apenas por título e resumo e foram eleitos para análise 418 documentos. Após a leitura completa destes artigos, foram incluídos na amostra final 163 artigos. O detalhamento do processo de seleção por etapa está descrito na Figura 1.

Figura 1.
Diagrama Prisma



Com base nas informações recolhidas de cada artigo, foi realizada a análise quantitativa. A seguir é apresentado o resultado de cada uma das categorias coletadas.

Autoria

Um total de 357 autores foram envolvidos na publicação dos 163 artigos analisados neste estudo. Destes, quatro autores publicaram três artigos, 24 publicaram dois e 329 publicaram um. Conforme a Lei de Lotka, dos 357 autores, 71 autores compuseram o grupo dos 20% mais produtivos, respondendo por 103 produções (equivalente a 63% do total de produções). A Tabela 2 apresenta os autores que tiveram, pelo menos, duas produções na contagem total.

Tabela 2.

Representação Da Lei De Lotka Com Os Autores Que Apresentaram No Mínimo Duas Produções.

| Autor | Contagem – Artigos selecionados |
|---------------------|--|
| Baak, M. | 3 |
| Dryden-Peterson, S. | 3 |
| Grüttner, M. | 3 |
| McIntyre, J. | 3 |
| Abamosa, J. Y. | 2 |
| Alodat, A. M. | 2 |
| Augoustinos, M. | 2 |
| Awada, G. | 2 |
| Aydin, H. | 2 |
| Berg, J. | 2 |
| Baker, J. R. | 2 |
| de Azevedo, R. S. | 2 |
| Due, C. | 2 |
| Erdoğan, Z. | 2 |
| Gozpınar, H. | 2 |

| | |
|-----------------|---|
| Johnson, B. | 2 |
| Koyama, J. | 2 |
| Madziva, R. | 2 |
| Neuhaus, S. | 2 |
| Ott, E. | 2 |
| Prentice, C. M. | 2 |
| Riggs, D. W. | 2 |
| Schröder, S. | 2 |
| Sullivan, A. | 2 |
| Shuayb, M. | 2 |
| Soylu, A. | 2 |
| Unangst, L. | 2 |
| Will, G. | 2 |

Periódicos

Com relação aos periódicos nos quais os artigos foram publicados, obteve-se um total de 117. Ao aplicar a Lei de Bradford e organizar a concentração de periódicos em quatro quadrantes de 25% cada (referente ao total de 117), obteve-se no primeiro quadrante um total de 11 periódicos que somaram 41 publicações (25% do total de publicações). O restante dos periódicos (n = 106) somaram 122 publicações (75% do total de publicações). A Tabela 3 lista os periódicos encaixados no primeiro quadrante da lei e a Figura 2 apresenta a comparação quantitativa entre o número de periódicos por quadrante.

Tabela 3.

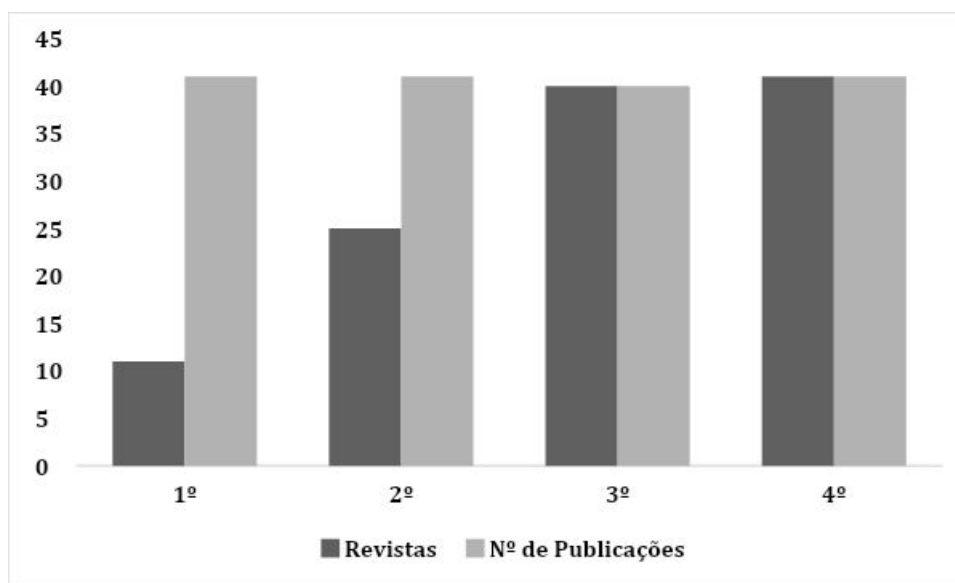
Representação Da Lei De Bradford Correspondente Aos 25% Dos Periódicos Que Mais Publicaram.

| Periódico | Publicações |
|--|--------------------|
| International Journal of Inclusive Education | 7 |
| Refuge: Canada's Journal on Refugees | 6 |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Social Inclusion | 4 |
| Education Sciences | 4 |
| Milli Egitim | 3 |
| Refugee | 3 |
| European Educational Research Journal | 3 |
| British Educational Research Journal | 3 |
| Social Sciences | 3 |
| International Review of Education | 3 |
| Plos One | 2 |

Figura 2.

Comparação Quantitativa Entre O Número De Periódicos Por Quadrante (Lei De Bradford).



Palavras-Chave

A contagem das palavras-chaves observadas nos 163 artigos, subtraídos de 23 artigos que não utilizaram palavras-chaves, resultou em 713 palavras-chaves (100%). Destas, a palavra-

chave com maior frequência absoluta foi “Refugee” com 39 ocorrências (5,47%). A segunda maior frequência absoluta de citação foi 19 com as palavras “Education” e “Refugee education”, totalizando 38 ocorrências (5,32%). Quanto às demais frequências absolutas: outras cinco palavras ocorreram no mínimo 10 vezes, totalizando 69 ocorrências (9,67%); 13 palavras ocorreram entre quatro e nove vezes, totalizando 67 ocorrências (9,39%); 16 palavras foram mencionadas exatamente três vezes, totalizando 48 ocorrências (6,73%); 33 palavras foram mencionadas exatamente duas vezes, totalizando 66 ocorrências (9,25%) e 386 palavras (correspondente à 54,13% do total) foram mencionadas apenas uma vez.

Com esses dados buscou-se a aplicação da Lei de Zipf, contudo esta ação não foi bem-sucedida em função do cálculo da enésima para a última zona da lei ter dado um valor decimal e a interpretação da lei não permitir arredondar o valor da enésima, tornando-a inválida para análise. Assim, optou-se por uma descrição quantitativa das palavras que ocorreram no mínimo quatro vezes (Tabela 4).

Tabela 4.

Descrição Das Palavras-Chaves De Maior Ocorrência.

| Palavras-Chave | Frequência Absoluta |
|-----------------------|----------------------------|
| Refugees | 39 |
| Education | 19 |
| Refugee education | 19 |
| Refugee | 17 |
| Migration | 15 |
| Higher education | 14 |
| Refugee children | 13 |
| Inclusive education | 10 |
| Refugee students | 9 |

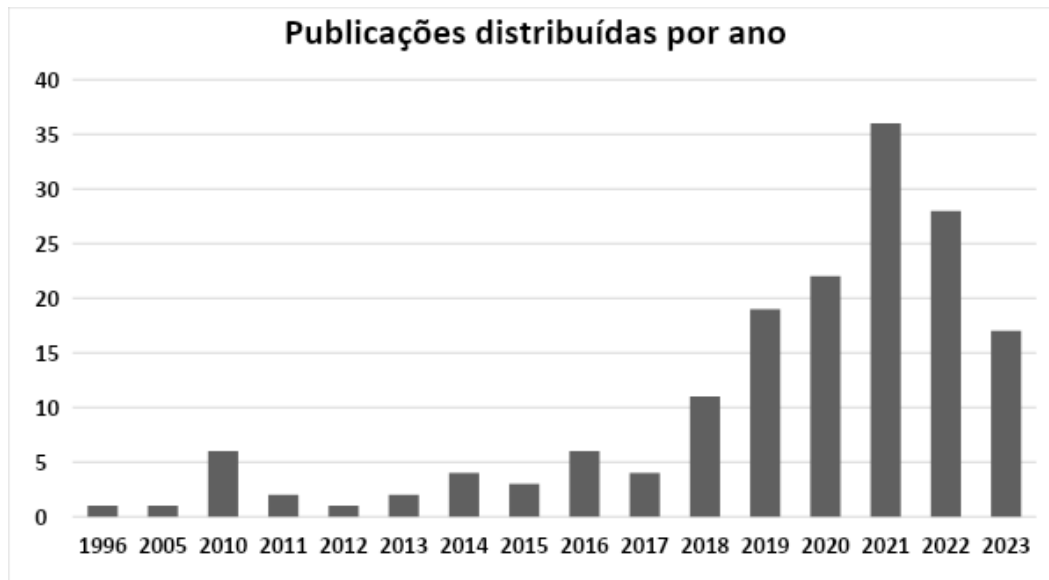
| | |
|----------------------------|---|
| Syrian refugees | 8 |
| Integration | 7 |
| Human rights | 5 |
| Turkey | 5 |
| University | 5 |
| Access | 4 |
| Access to higher education | 4 |
| COVID-19 | 4 |
| Intercultural education | 4 |
| Migrants | 4 |
| Multicultural education | 4 |
| Resettlement | 4 |

Ano de Publicação

O ano de publicação não foi delimitado nos critérios da revisão. Assim, obtiveram-se publicações compreendidas desde 1996 até junho de 2023 (período de realização das buscas), abrangendo 27 anos. A partir do total de artigos e dos anos de publicação, a média aritmética de publicação/ano foi de 10,18. O ano de maior publicação foi 2021, com 36 artigos (22%), seguido por 2022 com 28 artigos (17%) e 2020 com 22 artigos (13%), ou seja, mais da metade dos artigos foram publicados apenas nos últimos três anos. Os anos de 1996, 2005 e 2012 tiveram apenas um artigo publicado. A Figura 3 apresenta a distribuição completa das publicações por ano, sendo que em 2023 foram coletados dados até o mês de maio em função do período de realização da pesquisa.

Figura 3.

Distribuição Das Publicações Por Ano (1996 A 2023).*



Tipo de Pesquisa, Abordagem, Caráter dos Objetivos e Natureza dos Dados

Quanto ao tipo de pesquisa, os dados obtidos traduzem que a pesquisa mais utilizada é a empírica com cerca de 71,16% do total dos 163 artigos ($n=116$), seguida pela teórica com 28,83% ($n=47$). No que diz respeito à abordagem, os artigos se concentram na categoria qualitativa com 83,43% ($n=136$) e obtiveram porcentagem de 16,56% ($n=27$) na abordagem quantitativa. No caráter dos objetivos a maior recorrência é a exploratória, seguida pela descritiva e explicativa, com porcentagem respectiva de 55,82% ($n=91$), 26,38% ($n=43$) e 17,7% ($n=29$). Nas pesquisas, prevalece o uso de dados primários, contabilizando 71,16 % do total ($n=116$) e os de natureza secundária correspondem a 28,83% ($n=47$).

Procedimento Técnico

Quanto aos procedimentos técnicos há uma maior concentração de artigos com estudos de caso, representando cerca de 54,6% do total dos 163 artigos ($n=89$), em segundo plano a

pesquisa bibliográfica com 10,42% (n=17) e em terceiro plano a pesquisa documental com 9,81% (n=16). A diferença entre a pesquisa bibliográfica e documental seguiu os critérios definidos por Gil (2023), de modo que a pesquisa bibliográfica utiliza documentos já com publicados, enquanto a documental envolve documentos que não foram produzidos com finalidade de pesquisa. O detalhamento dos demais procedimentos técnicos, com as suas respectivas frequências absolutas, podem ser observados na tabela 5.

Tabela 5. *Descrição Dos Procedimentos Técnicos Identificados E Suas Frequências Absolutas.*

| Procedimento Técnico | Frequência Absoluta |
|-----------------------------|----------------------------|
| Estudo de Caso | 89 |
| Pesquisa Bibliográfica | 17 |
| Pesquisa Documental | 16 |
| Levantamento | 15 |
| Revisão Narrativa | 8 |
| Ensaio Teórico | 4 |
| Estudo de coorte | 3 |
| Pesquisa Experimental | 3 |
| Pesquisa de Campo | 2 |
| Pesquisa Quase-Experimental | 2 |
| Estudo Comparativo | 1 |
| Grupo Focal | 1 |
| Data Sprint | 1 |
| Pesquisa-Ação | 1 |

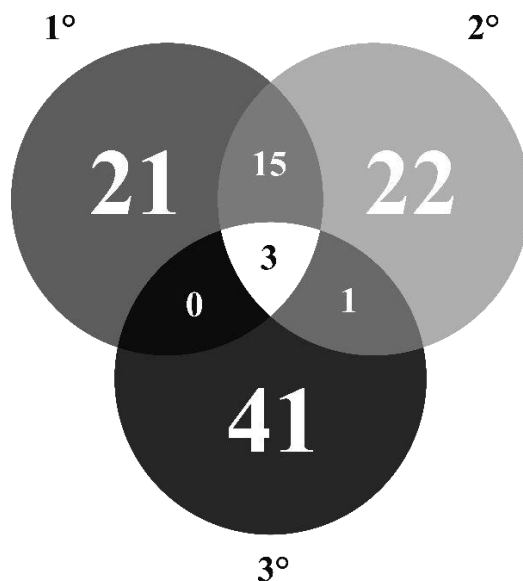
Nível de Ensino

Como a revisão foi realizada com descritores em inglês, adotamos a classificação de nível de ensino da América do Norte (primário, secundário e terciário). Dos 163 artigos, 60 (36,8%) não mencionaram e/ou focaram sua pesquisa em um nível de ensino, trazendo discussões mais

amplas sobre a temática. Dos 103 que fizeram menção/especificação, observaram-se três grupos: aqueles que mencionaram apenas um nível de ensino, os que mencionaram dois e os que mencionaram todos. Assim, a organização e descrição das frequências absolutas seguiu este formato (Figura 4). Entre os artigos que mencionaram apenas um nível de ensino, o terciário foi mais recorrente ($n = 41$); entre os que mencionaram dois níveis, o primário e secundário obtiveram maior frequência ($n = 15$); três artigos centraram suas discussões nos três níveis de ensino (para maior detalhamento, ver Figura 3).

Figura 4.

Diagrama De Venn Com Apresentação Dos Níveis De Ensino Com Suas Respectivas Frequências.



Países de Origem e Reassentamento

86 dos 163 artigos (52%) não fizeram menção à origem dos estudantes refugiados. Dos 77 restantes, 30 artigos (38%) mencionaram mais de três países de origem e foram agrupados em uma categoria intitulada “múltipla menção”. Quanto aos artigos que mencionaram até três países de origem, a maior frequência foi da Síria ($n = 29$) com 37%, seguida por Afeganistão e Arábia Saudita, cada um com quatro menções. O detalhamento dos demais países com suas respectivas frequências absolutas está descrito na Tabela 6.

Tabela 6.

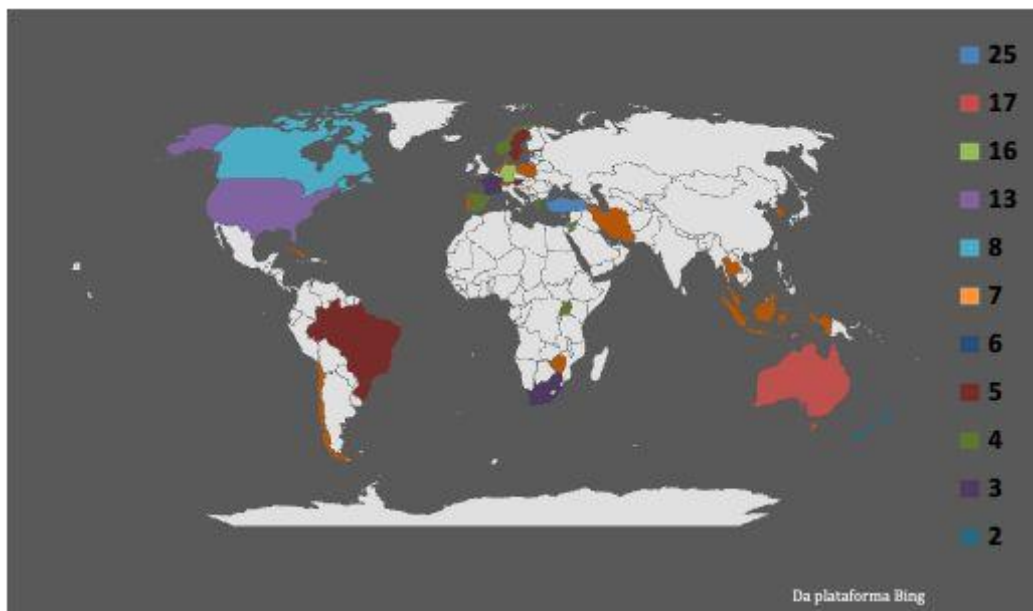
Países De Origem E Suas Respectivas Frequências Absolutas.

| País | Frequência Absoluta |
|--------------------------------|----------------------------|
| | 29 |
| Afeganistão | 4 |
| Arábia Saudita | 4 |
| República Democrática do Congo | 3 |
| Iraque | 2 |
| Palestina | 2 |
| África do Sul | 1 |
| Butão | 1 |
| Coréia do Norte | 1 |
| Zâmbia | 1 |
| Mianmar | 1 |
| República do Quirguizistão | 1 |
| Vietnã | 1 |
| Sudão do Sul | 1 |

Quanto à menção do país de reassentamento e/ou acolhida, 20 artigos dos 163 não mencionaram e sete foram agrupados na categoria intitulada “múltipla menção” por destacarem mais de três países. Nos 136 restantes, os países mais recorrentes foram Turquia ($n = 25$),

Austrália (n= 17), Alemanha (n= 16) e Estados Unidos (n= 13). Os demais países mencionados (n = 28) não ultrapassaram a linha de oito ocorrências. Os continentes mais recorrentes foram Ásia, Oceania, Europa e América do Norte. A Figura 5 mostra a distribuição geográfica das menções.

Figura 5. *Distribuição Geográfica Das Menções Aos Países De Reassentamento.*



Fonte: Imagem gerada pela plataforma Bing no editor de planilhas do Excel.

Temáticas

Ao longo da leitura dos artigos selecionados na revisão, categorias temáticas foram criadas para classificar cada um de acordo com o tema predominante e o maior foco de

discussão. Assim, foram criadas 24 categorias temáticas (ver no método). A categoria com o maior número de artigos inseridos foi a “Adaptação Escolar Geral” (n = 30) com 18%, seguida pela categoria “Desafios para a Educação Global” (n = 23) com 14% e “Garantia de Direitos e Políticas Públicas” (n = 17) com 10%. A lista das categorias e suas respectivas frequências absolutas está descrita na Tabela 7.

Tabela 7.

Descrição Das Categorias Temáticas E Suas Respectivas Frequências Absolutas.

| Temática | Freq. Absoluta | % |
|--|-----------------------|----------|
| Adaptação Escolar Geral | 31 | 19% |
| Desafios para a Educação Global | 23 | 14% |
| Garantia de Direito e Políticas Públicas | 17 | 10% |
| Acesso (ao sistema educacional) | 15 | 9% |
| Iniciativas Institucionais para Inclusão | 13 | 8% |
| Barreiras Linguísticas | 12 | 7% |
| Formação de Professores | 11 | 7% |
| Bem - Estar e Saúde Mental | 7 | 4% |
| Envolvimento Parental | 6 | 4% |
| Transição Escolar | 6 | 4% |
| Relação Professor-Aluno | 4 | 2% |
| Desafios Durante a Pandemia | 3 | 2% |
| Educação ao Longo da Vida | 2 | 1% |
| Interseccionalidade | 2 | 1% |
| Planejamento e Estratégias de Aula | 2 | 1% |
| Preconceito | 2 | 1% |
| Tutoria e Mentoria | 2 | 1% |
| Aspirações Educacionais | 1 | 1% |
| Ativismo Docente | 1 | 1% |
| Educação para Superdotados | 1 | 1% |
| Privatização da Educação | 1 | 1% |
| Qualidade da Educação | 1 | 1% |

Discussão

A apresentação quantitativa das informações selecionadas nessa pesquisa fornece um parâmetro para a compreensão do estado atual da produção científica da área. Ainda assim, a análise poderia ter coberto um número bem maior de artigos se a questão do acesso restrito não fosse tão significativa. Inicialmente, 403 artigos cumpriram critérios para esta pesquisa, mas 206 artigos, equivalentes a mais de 50% deste total, não estavam disponíveis na íntegra de forma gratuita. Essa é uma questão a ser problematizada pois, dada a urgência da temática de educação de refugiados, é prejudicial para o desenvolvimento científico da área que o acesso seja limitado e desigual. Esse entrave, inicialmente para pesquisadores e instituições, se estende para a população em geral, que também tem esse fator como barreira de acesso ao conhecimento e é afetada direta e indiretamente pelo não uso dos dados.

No que concerne a aplicação da Lei de Lotka, que diz respeito a medição da produtividade de autores, evidenciou-se que, mesmo os autores mais produtivos, nesse caso os 71 autores que foram responsáveis por 103 produções, não publicaram mais de 3 artigos na área, o que aponta para uma inconsistência na consideração da educação de refugiados enquanto uma linha de pesquisa. O fato de não haver pesquisadores que se dediquem exclusivamente à produção de conteúdo dentro dessa temática sugere que as pesquisas nesse campo desempenham um papel secundário, não sendo consideradas uma área principal e exclusiva, mesmo para os pesquisadores mais produtivos. A quantidade de autores vinculados apenas a uma produção corrobora essa visão: dos 357 autores, 329 estão na condição descrita. A mesma discussão é válida para a questão dos periódicos de publicação: o periódico que mais publicou não chegou a reunir 10 publicações sobre o tema. O escopo da maioria das revistas que mais publicaram (ver

aplicação da Lei de Bradford na Tabela 3) é de educação inclusiva com abordagem interdisciplinar, sendo que do total de 11 artigos nesta categoria, apenas 3 são específicas para a temática.

O caso das palavras-chaves evidencia um outro problema na área de pesquisa sobre educação de refugiados: a falta de consenso e padronização nos descritores. A impossibilidade de aplicar a lei bibliométrica de Zipf foi associada à baixa frequência de palavras-chaves agrupadas, pois apesar do total de palavras identificadas ter sido considerável ($n = 713$), o número de palavras que ocorreram apenas uma vez representa mais da metade desse total. A ausência de um vocabulário estruturado tal como existe nas ciências da saúde pode explicar parcialmente a falta de padronização entre as palavras que se repetem. Por outro lado, a alta frequência de palavras que ocorrem apenas uma vez versam para além do exposto e indicam carência de consistência na área como se as publicações não dialogassem umas com as outras, estando destacadas e isoladas no campo de pesquisa.

Quanto aos anos de publicação, a linha evolutiva traçada entre os anos 1996 e 2023 mostra que a temática vem ganhando força desde 2018, o que imprime na área um status de emergente. Esse dado está de acordo com o obtido sobre a abordagem das pesquisas serem majoritariamente exploratórias, tendo em vista que ainda estão sendo investigadas as bases do fenómeno para que se fundamentem novos conhecimentos e intervenções. O tipo de procedimento técnico também se articula com essa questão: o estudo de caso, apesar de trabalhar com grupos pequenos de participantes, oferece condições para aumentar a profundidade na investigação. A exploração profunda, guiada pela abordagem qualitativa e recolha de dados

primários, ambas também numérica e consideravelmente predominantes nos resultados, compõem esse quadro inicial do nível de pesquisa em educação de refugiados. Apesar das predominâncias observadas, a diversidade de procedimentos técnicos utilizados, reforçam quão ampla é a área e como ela pode ser investigada de formas variáveis de acordo com o objetivo traçado no estudo.

No que tange os níveis de ensino, os dados obtidos sobre a educação superior são inversos ao esperado, se o referencial adotado for a questão do acesso expressa em taxa de matrícula. De acordo com a ACNUR (2023b), a menor taxa de matrícula é no nível terciário de ensino, justamente o nível que concentrou nessa pesquisa o maior número de artigos. Esse dado pode ser interpretado a partir da relação entre a pesquisa científica e os desafios a serem superados no contexto da educação superior de refugiados. Por ser o nível de menor acesso, é possível que a pesquisa concentre esforços específicos nesse nível para identificar as necessidades do público e propor soluções para superá-las, ao mesmo tempo em que confere visibilidade às discussões sobre o tema, promovendo algum grau de sensibilização. Por outro lado, esse dado também pode ser interpretado como variável de conveniência, uma vez que a maioria dos pesquisadores já estão inseridos na educação superior e utilizar o público-alvo desse ambiente reduz custos processuais de pesquisa.

Outro ponto diz respeito aos artigos que não mencionaram nível de ensino (36%): esse dado indica que as discussões na área ainda são muito gerais, possivelmente por ela estar em processo de consolidação como área/linha de pesquisa; assim, ainda não se discute tanto as especificidades por cada nível de ensino, ao contrário, aborda-se a temática da educação de

refugiados como um conceito macro. Boa parte desses artigos centraram suas discussões no reforço aos direitos humanos, direitos básicos e fundamentais, sendo que alguns lançaram mão de justificativas legais em legislações para fortalecer suas dissertações. A necessidade de produzir pesquisa nesse sentido, reafirmando um direito, pode ser indicativo que o direito ainda não esteja plenamente garantido, o que está acertado no caso dos refugiados. Espera-se que, uma vez que essa etapa seja superada, mais artigos passem a descrever em termos práticos a educação para refugiados, inclusive relatando experiências bem-sucedidas.

As temáticas criadas para classificar os artigos também são um retrato da realidade vivida e expressam na sua maioria necessidades não atendidas dessa população no contexto escolar. A adaptação escolar, que ocorreu em maior frequência, é um grande desafio pelas particularidades dos refugiados e ilustra bem a amplitude dos esforços dos envolvidos no acolhimento desses estudantes. É preciso dar condições reais para a adaptação dos recém-chegados, assim como é preciso instrumentalizar os atores envolvidos no processo para que se garanta uma execução de qualidade. Adaptação é um tema amplo e na escola diz respeito, de forma dialética, a questões cognitivas, culturais, sociais, emocionais, comportamentais e muitas outras (REF). Com as demais temáticas, é possível observar um claro encadeamento entre elas ao falar de garantia de direitos, políticas públicas, acesso, língua etc., ressaltando as necessidades em aberto para a população de estudantes refugiados.

Especificamente acerca da temática sobre os desafios da pandemia, sabe-se que diversos grupos sociais foram impactados de maneira desigual, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A população refugiada, historicamente invisibilizada, enfrentou ainda mais

obstáculos no acesso à educação durante esse período emergencial, de modo que a crise sanitária não apenas agravou as desigualdades preexistentes, como também limitou o alcance de pesquisas acadêmicas que abordassem essa realidade. Nesse contexto, a análise da produção científica revela uma concentração de publicações entre os anos de 2020 e 2022, período que corresponde ao início, auge e declínio da pandemia, mas evidencia uma lacuna significativa na transformação dessas experiências em conhecimento científico.

Quanto à menção aos países de origem e reassentamento, identificados nessa pesquisa, é válido destacar alguns pontos. Na saída dos refugiados, a maioria era de origem de países que enfrentam conflitos geopolíticos há décadas, como o caso da Síria e do Afeganistão. Por outro lado, no reassentamento, a Turquia, que faz fronteira com a Síria, foi o país mais citado na acolhida de refugiados. Esse dado corrobora a visão de que, na maioria dos casos, os refugiados se deslocam para os países mais próximos, devido às condições precárias e falta de recursos para empreender maiores distâncias físicas (Ref?). Quanto aos demais padrões, países de todos os continentes foram mencionados, mas em menor frequência foi a América do Sul ($n = 6$) e a América Central ($n = 1$). O fato de que todos os continentes apresentam em algum nível o trânsito de pessoas refugiadas reafirma a necessidade de continuar o debate global e investir no desenvolvimento legislativo e prático de cada país.

Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi explorar a atividade científica em torno da temática da educação de refugiados e acredita-se que, com os resultados descritos e discutidos, o objetivo foi

alcançado. A pesquisa sobre a educação de refugiados representa um campo de estudo ainda incipiente, mas em nítido desenvolvimento, com possibilidades de oferecer contribuições para o bem-estar e o futuro dos refugiados em todo o mundo. Os desafios enfrentados por esses indivíduos, particularmente crianças e jovens, na busca de educação de qualidade são complexos e multifacetados e enquanto a pesquisa científica avança na compreensão das melhores práticas, políticas e estratégias para atender às necessidades educacionais de refugiados, é imperativo a continuidade da investigação dessa área. Novos caminhos nessa linha de pesquisa podem considerar a exploração das interseccionalidades na experiência escolar de estudantes refugiados, a diversificação de métodos de pesquisa para identificar necessidades específicas e o aprofundamento na contextualização de cada cenário.

Capítulo 2 - Educação Superior de Refugiados e Ambiente Nutridor

O Relatório de Educação de 2024 do ACNUR, intitulado "Educação de Refugiados: Cinco anos após o lançamento da estratégia de educação para 2030", evidencia uma diminuição acentuada nas taxas de matrícula de estudantes refugiados à medida que se avança nos níveis educacionais (ACNUR, 2023b). O documento destaca que essa tendência pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo barreiras financeiras, dificuldades de inclusão, lacunas educacionais anteriores e limitações nos sistemas de ensino dos países de acolhimento. Além disso, o relatório aponta que 20% dos refugiados do mundo vivem nos 46 países menos desenvolvidos e mais de três quartos vivem em países de baixa e média renda (ACNUR, 2023b). Nessa realidade, os custos da educação ficam majoritariamente sob responsabilidade dos países mais pobres, configurando automaticamente um preditor negativo para o acesso e a permanência escolar, afetando também a qualidade do ensino ofertado.

A educação é fundamental para a reconstrução de vidas e comunidades. A falta de acesso a ela agrava a vulnerabilidade social dos refugiados, comprometendo direta ou indiretamente a realização de necessidades básicas como emprego, saúde, igualdade social e a erradicação da fome e da pobreza (ACNUR, 2023b). A educação para um refugiado, seja ele reconhecido ou solicitante de asilo, é uma das principais formas de inclusão local no país de acolhida. Ela é responsável por possibilitar a imersão na nova cultura e na realidade social, oferecendo um ambiente mais próximo possível do constructo de estabilidade (I. Santos, 2021). A participação na educação também é um fator de proteção: para mulheres, por exemplo, a educação superior é

associada à menor probabilidade de casamento precoce e gravidez, afastando essa mulher de um cenário socialmente precário (ACNUR, 2023b).

A educação de refugiados se relaciona simultaneamente ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), ao Direito Internacional dos Refugiados (DIR) e ao Direito Constitucional (Santos, 2021). Assim, em teoria, qualquer indivíduo pode reclamar o direito à educação no país de acolhida para ser devidamente integrado. Contudo, a garantia de fato, apesar das convenções internacionais, varia globalmente (Dryden-Peterson, 2016), sendo que as barreiras que tomam por base a nacionalidade, status jurídico legal e documentação escolar são as principais responsáveis pelo desamparo escolar da população refugiada (ACNUR, 2023b). Além destas, outras variáveis podem também influenciar no processo: as práticas culturais do país (Schafer, 2021, afirma que existem países que são destinos de fluxos migratórios há séculos e apresentam uma estrutura diferenciada para o acolhimento de refugiados, assim como existem os países que, mesmo nessa condição, reproduzem a xenofobia); a geopolítica (Gediel & Godoy, 2016 descrevem que alguns países são hostis no acolhimento a refugiados, especialmente quando localizados em zonas de guerra, por questões políticas, e nesses casos não permitem o acesso formalizado e regular à educação, enquanto outros países possuem programas especializados em inclusão, adaptação e transição escolar); a situação socioeconômica do país ou localidade (como exemplo, Supremo Tribunal Federal, 2018, relata o caso do governo de Roraima, no Brasil, que em 2018 voltou a solicitar ao Supremo Tribunal Federal o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela sob o argumento de que seus serviços de saúde e segurança estavam em colapso) ; entre outros.

Essas variações influenciam direta e indiretamente a experiência de refugiados em busca de reassentamento e, no que tange a educação, mesmo os dados quantitativos globais divulgados por instituições-referência como a ACNUR, estão sujeitos à interpretação qualitativa de acordo com as variações do país em questão: por exemplo, é comum que em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que historicamente são os países com maior número de recepção de solicitantes de refúgio e refugiados, apresentem diferenças sociais, econômicas e culturais significativas entre as suas regiões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Assim, soluções passíveis de generalização para o problema da educação de refugiados no mundo devem ser encorajadas e compartilhadas, mas o fator de êxito também se relaciona ao aprofundamento em questões específicas (seja referente ao país e cultura de acolhida, ao nível de ensino, e qualquer outra variável que for pertinente), a fim de produzir reflexões e soluções articuladas ao contexto.

Educação Superior

Apesar da educação ser entendida como direito universal, o fato de a passagem pelo nível superior não ser estabelecida compulsoriamente pelos Estados pode explicar parcialmente um certo grau de invisibilidade em termos de políticas públicas e menor acesso de forma geral a esse nível (Carvalho & Vieira, 2019). Nas últimas décadas, diversos países têm investido no processo de democratização da educação superior (Almeida et al., 2012), tendo em vista dois pontos principais: a) ainda que não seja obrigatório cursar o ensino superior, a possibilidade deve ser garantida para todos - e com qualidade - por ser uma extensão do direito à educação; b) a educação superior atualmente está atrelado à dinâmica produtiva do sistema capitalista por meio

da ênfase no domínio de informações e na geração de conhecimento. É de ordem política e global a vantagem competitiva vinculada à formação de cidadãos, à excelência dos conhecimentos que podem gerar e transmitir para os setores produtivos, e à habilidade de aplicar/produzir ciência e tecnologia para a elaboração de bens e serviços (Porto & Régnier, 2003).

O primeiro ponto relacionado à democratização da educação superior remonta à sua própria história. As primeiras instituições universitárias eram direcionadas às elites da época e os resquícios dessas universidades elitistas ainda estão presentes atualmente (Nierotka & Trevisol, 2019). De acordo com Santos (2017), “a universidade não só participou da exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade” (p.53). A restrição ao acesso ao longo dos anos só reproduziu as desigualdades sociais, de modo a perpetuá-las e manter a ordem da desordem classicista (Hiro, 2011). O processo de democratização é justamente a tentativa de abrir esse espaço por direito para toda a população e dar uma possibilidade real para que candidatos de grupos sociais mais desfavorecidos cheguem à educação superior possam acessar os cursos mais prestigiados socialmente (Almeida et al., 2012).

Nessa seara de democratização, muito já foi alcançado. No Brasil, por exemplo, o governo investiu no processo a partir dos anos 2000 e desde então observou-se a expansão do sistema universitário público com a criação de novas instituições e com a expansão das já existentes; criação de programa de bolsa para estudantes em instituições privadas; ampliação de programa de financiamento estudantil; expansão e criação de institutos federais de educação técnica e tecnológica e criação de políticas de ação afirmativa (Heringer, 2018). Apesar dos

avanços, ainda se discute a qualidade desse processo, pois somente garantir o acesso não é suficiente para assegurar o sucesso acadêmico.

O segundo ponto relacionado à democratização da educação superior se insere no cenário político global que destaca a participação ativa e o exercício da cidadania por meio da aquisição, utilização e disseminação do conhecimento dentro do sistema capitalista. Porto e Regnier (2003), há mais de 20 anos, publicaram um cenário⁴ intitulado “O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025” para mapear futuros possíveis e prováveis para a educação superior no mundo. Nele, os autores imbricaram a educação superior à dimensão política por ser alicerce para a redução da desigualdade, mas também o relacionaram à dimensão econômica no sentido de que:

O acesso crescente e contínuo da população aos graus mais elevados de ensino torna-se uma medida tanto do potencial econômico (pela possibilidade de diferenciação competitiva) quanto de valoração/mensuração da democracia praticada por uma nação. A educação agrega valor aos sistemas produtivos ao mesmo tempo em que se torna um valor superlativo de humanidade e do grau de civilidade e de desenvolvimento de um país (Porto & Regnier, 2003, p. 8).

Atualmente, o diploma de educação superior é obrigatório para a possibilidade de atuação em certas profissões e isso tem relação direta tanto com o processo de consolidação do sistema capitalista, quanto com a especialização das funções sociais a partir de uma multiplicação de problemas sociais (ver Elias, 1994). Corroborando o que foi previsto pelos autores, o processo de

⁴ Cenários são imagens de futuro ou jogos coerentes de hipóteses sobre as transformações possíveis de ocorrer com um determinado objeto.

democratização da educação superior é atualmente incontornável: é uma questão de equidade social inserida em um contexto material no qual a garantia do acesso é preditor para outros indicadores sociais, especialmente relacionados ao mercado de trabalho e situação socioeconômica e, portanto, deve ser respondida satisfatoriamente. [link para próxima seção, mencionando que esses direitos devem ser também acessíveis a refugiados]

O Caso Brasileiro

O Brasil é reconhecido como um país acolhedor para refugiados. Foi o primeiro país do cone sul a ratificar a Convenção de 1951 e um dos primeiros países a integrar o comitê executivo do ACNUR, responsável pela aprovação de programas e orçamentos anuais da agência (ACNUR, n.d.). O Brasil é historicamente o destino de pessoas de diversos países: de acordo com o relatório “Refúgio em Números” (Junger et al., 2023), em 2022, o Brasil recebeu solicitações de refúgio provenientes de 139 países, totalizando 50.355 solicitações. O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu no mesmo ano 5.795 pessoas como refugiadas e, destas, 46,8% eram crianças, adolescentes e jovens com até 24 anos de idade. Do total de solicitações, mais de 50% foram registradas em Unidades da Federação que compõem a região norte do país. Quanto à fundamentação das solicitações, 82,4% foram por grave e generalizada violação dos direitos humanos.

O panorama legislativo do Brasil inclui, além da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, a Declaração de Cartagena (1984), considerada um marco de proteção aos refugiados na América Latina. Internamente, o Brasil dispõe da Lei nº 9.474 (1997) que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências; e a

Lei nº 13.445 (2017) que institui a Lei de Migração. Além destas legislações específicas, a garantia de direitos básicos mistura-se com a própria Constituição do país (1988), uma vez que reconhecido como refugiado, o indivíduo torna-se cidadão com os mesmos direitos daqueles nascidos no país. Assim, no que diz respeito à educação, o artigo XI da Lei de Migração fixa acesso livre e igualitário por parte do refugiado (Lei nº 13.445, 2017).

Quanto à garantia de acesso à educação superior para refugiados, o processo ocorre por mediação de políticas públicas específicas e principalmente por iniciativas globais. Um exemplo de destaque é a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), projeto vinculado a ACNUR, que desde 2003 realiza parcerias com instituições universitárias no Brasil com vista a promover ensino, pesquisa e extensão acadêmica para refugiados, além de trabalhar também na revalidação de diplomas, facilitação de acesso e permanência. Atualmente, somam-se 43 instituições (...?) (ACNUR, 2025). Além destas parcerias, as universidades também desenvolvem políticas públicas próprias para garantir o acesso ao ensino superior, como é o caso da Universidade Federal do Pará, no norte do país, que em 2020 lançou seu primeiro processo seletivo especial para refugiados (Resolução nº 5.279, 2020). Essas e outras iniciativas juntas concedem avanços na luta pela educação igualitária, amparando uma possibilidade de escolha profissional que, intermediada por experiência de ensino, pesquisa e extensão, melhoram as chances de atuação no mercado de trabalho.

Acesso e Sucesso

Um contraponto necessário, além da questão do acesso já discutida, é o sucesso acadêmico. A compreensão do acesso enquanto direito não garante automaticamente condições

reais para superar as principais dificuldades dos estudantes refugiados a se adaptarem educacionalmente no país de assentamento. Em termos de ingresso em instituições universitárias, por exemplo, um artigo publicado por Rocha et al. (2021) analisou as condições de ingresso de 14 universidades brasileiras, vinculadas à CSVN, que realizaram ações de ingresso facilitado para pessoas refugiadas entre 2020 e 2021. Nos resultados, os autores provocam a reflexão se o dito ingresso “facilitado” é realmente facilitado: das 14 universidades analisadas, nove não apresentaram acessibilidade linguística nos editais e/ou sites. No referido artigo, discute-se que a acessibilidade linguística se relaciona tanto ao acesso à informação sobre a existência de processos seletivos, quanto aos trâmites de inscrição e preparação, de modo que, sem o devido cuidado em todas as etapas do processo, “a língua, mesmo antes da pessoa realizar a prova, já se torna um critério eliminatório” (Rocha et al., 2021, p. 159).

O exemplo anterior mostra que, mesmo no acesso garantido por lei, o sucesso não está implicado. E para além desta fase, depois de acessar, é preciso discutir sobre as condições de permanência. Um estudo comparativo entre Portugal e Brasil sobre a democratização do acesso e do sucesso acadêmico (Almeida et al., 2012), discute o fenômeno da “exclusão dos incluídos” (p. 907), no qual mesmo tendo acesso à universidade, um dado perfil de estudante tem dificuldade de se manter no ambiente respondendo às expectativas acadêmicas, e essas dificuldades em boa parte se relacionam ao contexto social do estudante. Essa discussão situa-se no mesmo nível de outro ponto trazido pelos autores do artigo: com o processo de democratização traduzido em expansão/aumento de vagas nas universidades, surgem novos perfis de estudantes (ex: pessoas que ingressam tardiamente, que conciliam o estudo com trabalho para subsistência familiar, q

possuem pouco tempo, espaço e condições apropriadas para estudar, que tiveram de interromper o estudo para trabalhar, etc) e com este perfil novas políticas são necessárias para garantir a conclusão do curso. Apesar do artigo não abordar estudantes refugiados, eles podem se enquadrar nesse novo perfil descrito, por se tratar de um público não tradicional (em faixa etária e carreira escolar ininterrupta, por exemplo). Para terem condições reais de sucesso acadêmico, os estudantes refugiados precisam, além das políticas de acesso, de outras que deem conta de acessibilidade linguística e cultural, adaptação acadêmica e curricular, moradia e alimentação.

A etimologia da palavra universidade se liga ao conceito de totalidade. É um espaço que, por natureza, abriga a diversidade e, assim, sua existência enquanto locus físico e simbólico é um convite para o convívio respeitoso com as diferenças, sejam elas etária, racial, cultural, religiosa, de acessibilidade e outras tantas (Andrade, 2020). Por incluir tantas diferenças complexas, ao considerar o contexto de aquisição e manutenção de tais diferenças, bem como o papel social da universidade na formação de indivíduos, as especificidades de grupos e demandas não devem ser negligenciadas. Ao contrário, para garantir equitativamente o direito à educação de qualidade, são necessárias políticas e ações específicas e bem direcionadas para o seu público-alvo, pois homogeneizar necessidades é insuficiente e inadequado para enfrentá-las. Quando o recorte se refere a estudantes refugiados, a língua e a cultura, por exemplo, são duas variáveis importantes para garantir uma adaptação saudável ao ambiente (Brito, 2022). Ao mesmo tempo, a falta de instrumentalização para lidar com ambas as tornam grandes desafios na educação de refugiados (Rocha et al., 2022). Apesar dessas variáveis se destacarem na referida temática, elas são apenas

uma parcela das demandas que devem ser atendidas para garantir uma experiência proveitosa e de qualidade.

Quando se trata da educação superior de refugiados, é preciso ressaltar que os desafios enfrentados não dizem respeito apenas à educação em si: incluem xenofobia e racismo, desumanização do indivíduo, vulnerabilidade, exploração, desigualdade social e violação de direitos humanos (Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2015). Todos estes fatores atravessam a experiência de um estudante e podem interferir na sua formação como trabalhador e na sua constituição como ser humano. Assim, o desafio é muito maior do que apenas garantir acesso e condições de permanência no ensino superior: a presença de refugiados no país, especialmente com os intensos fluxos atuais, aponta para a necessidade de assimilação e reestruturação sócio-cultural alinhada à perspectiva da luta por uma cidadania global (Cabral, 2019).

Ao visualizar a experiência do refugiado no ensino superior, deve ser visto mais do que o multiculturalismo, que é o fenômeno que indica a existência e a coexistência de vários grupos culturais em um mesmo contexto; deve ser alcançado o interculturalismo (Parejo et al., 2020). Este vai além da coexistência e propõe a interação ativa, o diálogo e a troca entre as diferentes culturas. Essa tendência busca a construção de uma sociedade integrada, onde há influência mútua e aprendizado recíproco entre os grupos culturais visando à coesão social, pois a experiência na educação superior é definitivamente mais do que acadêmica: é uma questão social.

Educação Superior e Ambiente Nutridor

Com o caminho de contextualização trilhado até este ponto, é esperada compreensão acerca da importância da garantia de direitos civis, políticos e sociais, mas também a importância da qualidade dos processos envolvidos nesses direitos. Um conceito compatível com esta visão é o de Ambiente Nutridor (AN), defendido por Biglan (2015), que enfatiza o impacto que um ambiente estimulante tem no bem-estar e desenvolvimento dos indivíduos.

Trata-se de um conceito analítico-comportamental com influência predominante de Skinner (1953/1965). O autor responsável pela sistematização do conceito o situa com base na Teoria da Evolução proposta por Darwin (1979) e o leva ao encontro da ciência comportamental na medida em que esta assimila o modelo de causalidade presente no evolucionismo e o aplica no nível comportamental, ontogenético e cultural. A filosofia pragmatista presente na construção da ciência comportamental se configura no conceito de AN sob o tipo contextualista funcional, compreendendo o comportamento de um organismo como um todo e como ação inserida em um contexto, sendo este inseparável da história de vida do sujeito (Hayes, 1993).

A maior experiência profissional de Biglan (2015) foi o trabalho preventivo. Um dos principais motivos que ele apresenta para defesa desse tipo de intervenção é o custo-benefício em médio e longo prazo para a máquina estatal, além de servir ao bem-estar social. Por exemplo, se um governo opta por limitar gastos com segurança social, é mais provável que se incorra em gastos futuros com atenção à saúde, justiça criminal e qualidade de vida. É mais barato para o Estado, e mais eficaz para o bem-estar social, agir preventivamente em uma dimensão ao invés

de aguardar pela sua deterioração e conseqüente correlação com a necessidade de intervenção remediativa e/ou emergencial em outras dimensões sociais (Biglan, 2015).

Ainda sobre práticas preventivas, o autor destaca que, durante o período em que compôs o Comitê da ONU Imigrantes (OIM), observou pontos comuns em todos os programas, políticas e práticas de prevenção bem-sucedidas que teve contato: todos eles tornavam o ambiente das pessoas mais estimulante, seja incentivando as famílias a abandonar o conflito; ensinando as pessoas a apoiar o bem-estar e o desenvolvimento umas das outras; ensinando as famílias e as escolas a reforçarem abundantemente comportamentos adequados nos jovens para que se ajudem uns aos outros e contribuam para as suas escolas e comunidades; limitando oportunidades e influências para o envolvimento em comportamentos problemáticos; e encorajando a busca de valores sociais significativos (Biglan, 2015). O autor conclui que, mesmo em diferentes nichos de intervenção (saúde, educação, segurança pública), a existência de um ambiente estimulante que selecione comportamentos pró-sociais aumenta a probabilidade de o indivíduo sentir-se bem e, com isso, ter o seu desenvolvimento otimizado.

Em termos práticos, de acordo com o autor, intervenções bem-sucedidas para transformar e manter um Ambiente Nutridor, atendem a pelo menos três das quatro classes contextuais a seguir: a) promoção e reforço de comportamento pró-social; b) monitoramento e estabelecimento de limites sobre as influências e oportunidades de envolvimento em comportamentos problemáticos; c) minimização de condições social e biologicamente tóxicas; d) promoção de flexibilidade psicológica de valores sociais (Biglan, 2015).

A pró socialidade é a base do Ambiente Nutridor e refere-se a um conjunto de valores e comportamentos que beneficiam os indivíduos e aqueles que os rodeiam (Biglan, 2015). A pró-socialidade remonta à história evolutiva da cooperação intra espécie, mas apesar dessa tendência evolutiva, a história da espécie também apresentou contextos favoráveis ao desenvolvimento de comportamentos antissociais, em função da competição entre grupos e longos períodos de privação de reforçadores primários e exposição a ameaças. A leitura pragmática que o autor faz a esse respeito, portanto considerando a utilidade da ciência no contexto atual, é que a pró-socialidade é mais benéfica para a saúde e desenvolvimento humano, sendo necessária uma ação ampla para a sua promoção nas famílias, escolas, comunidades e espaços públicos. E essa promoção deve ocorrer pela oferta de modelos adaptados e reforçamento positivo de tais modelos. De forma complementar, o monitoramento e estabelecimento de limites sobre as influências e oportunidades de envolvimento em comportamentos problemáticos é importante para o desenvolvimento do Ambiente Nutridor por reduzir a incidência de comportamentos antissociais, principalmente por meio da supervisão assídua (Biglan, 2015).

Um outro fator essencial para um Ambiente Nutridor é a minimização de condições social e biologicamente tóxicas. Ambientes tóxicos, conflituosos e violentos representam um risco para a saúde física e mental dos indivíduos e o processo de precarização da saúde acontece em cascata (Biglan & Embry, 2013). Por exemplo, conflitos familiares são considerados fatores de risco para adolescentes, aumentando as chances de conflito conjugal, e também de depressão (Biglan et al., 2004). Na mesma linha, a exposição contínua e elevada a conflitos aumenta as chances de comportamentos agressivos nas relações interpessoais ao mesmo tempo em que

afetam negativamente a saúde cardiovascular (Biglan & Embry, 2013). Em suma, ao descrever essa categoria ambiental como fundamental para desenvolver um AN, Biglan (2015) propõe uma visão abrangente do ser humano por meio de uma ciência que incorpore a influência de variáveis biológicas e sociais no bem-estar.

Por último, a flexibilidade psicológica, que é a habilidade de se comportar de forma pragmática e resiliente, sendo consistente com valores pessoais, compõe a quarta categoria para um Ambiente Nutridor. Flexibilidade psicológica é um termo trazido por... (ref). Biglan (2015) defende que a postura de aceitação e não julgamento dos comportamentos privados que a flexibilidade psicológica incentiva está relacionada ao bem-estar geral do indivíduo. Além disso, ele destaca novamente o papel preventivo: em um contexto de crescimento de problemas de saúde, e conseqüentemente custos relacionados com a inflexibilidade psicológica, métodos para aumentar a flexibilidade psicológica podem ser vitais para o sistema econômico, tendo em vista que os benefícios desse movimento são individuais e grupais, manifestando-se tanto em contextos familiares, educacionais, corporativos etc.

Em síntese, Biglan (2015) reúne no conceito de Ambiente Nutridor a segurança dos avanços da ciência comportamental para servir à sociedade de maneira útil e tecnológica. O autor afirma que tal ciência dispõe de instrumentos para intervir em qualquer sistema da sociedade. Por isso, em sua obra, o conceito de AN é transversalizado ao discutir o sistema capitalista, as técnicas de marketing social, as dinâmicas familiares e parentais, o papel das escolas e as políticas públicas. O autor admite a presença de um certo otimismo em relação às mudanças cabíveis com a sua proposta, e ao mesmo tempo incentiva que, enquanto não são alcançadas

mudanças substanciais no sistema econômico por exemplo, invista-se nos microssistemas que têm potencial de “espalhar” o modelo de saúde proposto, que são principalmente as famílias e as escolas (Biglan, 2015).

É essa visão que se objetiva dialogar com a temática da educação superior de refugiados para refletir sobre a possibilidade de uma experiência, e período de desenvolvimento humano, de maior qualidade, com mais fatores positivos para o bem-estar geral. Apesar do autor concentrar sua discussão na temática da prevenção e discutir o ambiente educacional principalmente no ensino infantil e fundamental, acredita-se que a proposta de AN seja compatível com o referido contexto pela importância de garantir a todo e qualquer indivíduo o trânsito por ambientes que promovam comportamentos adaptativos e saudáveis. Acredita-se também que, ainda que não sejam iniciadas por via preventiva, mudanças no sentido de tornar um Ambiente Nutridor ou mais nutridor podem acarretar múltiplos benefícios. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar se a educação superior em uma instituição pública do norte do Brasil se configura como um Ambiente Nutridor para estudantes com status de refúgio reconhecido, solicitantes de asilo e/ou apátridas.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória, com delineamento de estudo de caso e abordagem qualitativa, cuja questão de pesquisa é a análise do Ambiente Nutridor para estudantes com status de refúgio reconhecido, solicitantes de asilo e/ou apátridas no ensino superior.

De acordo com Gil (2023), uma pesquisa pode ser classificada de acordo com diferentes critérios, como finalidade, nível de explicação e delineamento. Seguindo essa literatura de metodologia científica, a finalidade do presente estudo se enquadra no critério da pesquisa aplicada, pois está voltada para a “aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica” (Gil, 2023, p.26). Quanto aos objetivos gerais, caracteriza-se como pesquisa exploratória pelo interesse em “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2023, p.27). E o delineamento é do tipo estudo de caso, reconhecido como o “mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde o limite entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos” (Gil, 2023, p.35).

A partir do objeto de estudo da presente pesquisa, bem como o delineamento planejado para investigá-lo, a natureza da abordagem para a recolha e tratamento de dados mais coerente para esta pesquisa é a qualitativa, por ser uma abordagem que enfatiza o interacionismo entre as relações humanas e seus significados (Chizzotti, 1998; Flick, 2009; Yin, 2016). Para esta pesquisa especificamente, destaca-se o aspecto da pesquisa qualitativa de “particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (Flick, 2009, p.20). Ou seja, a crescente, complexa e acelerada mudança social, acompanhada da diversificação das esferas de vida, carece de abordagens de pesquisa que compreendam de fato o fenômeno na esfera contextual em que ele ocorre (Flick, 2009), o que se considera compatível com o objeto de estudo dessa pesquisa.

Ambiente

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas na Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Guamá, localizado em Belém, capital do estado do Pará, Brasil. A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma renomada instituição pública de educação superior e autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Foi fundada em 1957, incorporando faculdades históricas como Direito (fundada em 1902), Farmácia (fundada em 1903) e Medicina (fundada em 1919). A UFPA tem como princípio fundamental a integração do ensino, pesquisa e extensão. É reconhecida nacional e internacionalmente como a principal universidade na região Norte, ocupando uma posição de liderança na produção de conhecimento. No ano de 2024 a universidade passou a integrar a CSVM.

Para a condução de todas as entrevistas foi pré-requisito a garantia de um espaço que assegurasse conforto e privacidade para os participantes.

Participantes

Em 2020, foi aprovada pela UFPA a realização do primeiro Processo Seletivo Especial-MIGRE destinado à seleção de candidatos/as imigrantes, refugiados/as, asilados/as, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Resolução nº 5.279, 2020). Nessa época, o Centro de Processos Seletivos (CEPS) da instituição registrou 155 inscritos para concorrer a 104 vagas em 52 cursos de graduação sediados nos mais diversos campi da Universidade para ingresso no ano letivo de 2021. Destes, 24 candidatos de diversas etnias e nacionalidades (dentre elas Venezuela, Gana, Haiti, República Democrática do Congo, Benin e Costa do Marfim) foram classificados.

Os cursos que receberam os candidatos aprovados foram Pedagogia, Odontologia, Direito, Enfermagem, Sistemas de Informação, Medicina, Letras, Nutrição, Engenharia da Computação, História, Engenharia Civil, Farmácia e Engenharia Biomédica, sediados nos campi de Belém, Altamira, Ananindeua e Castanhal (Comissão Permanente de Processos Seletivos, UFPA, 2020).

Do universo amostral de candidatos aprovados no processo seletivo, 12 eram refugiados e/ou solicitantes de asilo (de Deus, comunicação pessoal, 13 de setembro de 2023) e destes, nove estavam matriculados no campus Guamá.

Cumpriu-se critério para participar desta pesquisa: a) pessoas com matrícula ativa na graduação; ou b) pessoas evadidas há menos de 4 anos (tempo mínimo para a conclusão de cursos na instituição).

Quantos aceitaram participar? Quais os países de origem? Apresentar aqui (já que é a sessão de participantes). Adicionalmente, apontar se foi necessário intérprete (como indicado adiante).

Materiais e Equipamentos

Durante a condução das entrevistas foram utilizados dois gravadores de áudio para registro do encontro – ainda que um seja suficiente, recomendam-se dois por segurança logística e operacional (Trad, 2009); papel e caneta para observações pontuais por escrito e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a análise de dados, foi utilizado um notebook para criar um documento de texto com as transcrições dos encontros. As transcrições foram realizadas pelo aplicativo *Meet Pulp* em sua versão paga e revisadas pela pesquisadora. Utilizou-se também o editor de planilhas Microsoft Excel para armazenamento e organização de dados.

Procedimento

Cuidados Éticos

Com o objetivo imperativo de garantir voluntariedade, autonomia, justiça, equidade, integridade, privacidade e respeito aos participantes desta pesquisa, além de minimizar efeitos deletérios do próprio processo investigativo, foram adotados os seguintes cuidados: aos voluntários interessados em colaborar com a pesquisa, foi dada explicação sobre o objetivo da pesquisa, o papel do participante, a forma com a qual a pesquisa seria conduzida e o que seria feito com as informações recolhidas; além do informe sobre a possibilidade do participante se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos. Assim, foi disponibilizado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) no idioma de preferência dos participantes com todas as informações relevantes após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 78851924.2.0000.5172. A pesquisa foi conduzida em respeito e consonância à dignidade dos participantes, seus valores, cultura e história de vida, sem distinção de tratamento em função dessas e de outras variáveis contextuais. O uso dos dados recolhidos nas entrevistas foi exclusivamente para os fins

declarados e acordados com os participantes, e o armazenamento dos dados será limitado a cinco anos.

Considerando a característica específica do público-alvo desta pesquisa e o interesse em facilitar a comunicação entre os envolvidos, foi ofertada no TCLE a escolha de participar da entrevista com a presença de um intérprete. No que tange desdobramentos de outra natureza, foi articulada uma parceria institucional com serviços de saúde mental, especificamente, para se pôr à disposição para acolher qualquer participante que, em função dos procedimentos de pesquisa, tivesse necessidade de auxílio profissional.

Planejamento das Entrevistas

Um quadro resumo foi construído para descrever os processos logísticos adotados antes da condução das entrevistas, durante e depois (ver Apêndice B). Inicialmente, foram propostos dois encontros: o primeiro para abordar os quatro aspectos do Ambiente Nutridor, e o segundo para realizar sessão de validação com os participantes, na qual a pesquisadora comunicou a compreensão e síntese discursiva a partir dos dados obtidos no primeiro encontro para que os participantes validassem ou não o conteúdo. Ressalta-se que as entrevistas se basearam em uma adaptação do conceito para o contexto da educação superior, tendo em vista que o mesmo ainda não havia sido discutido nesse nível educacional (Apêndice C). Quanto à duração de cada encontro, houve variação de 40 a 90 minutos.

Contato Inicial. Foi feito contato com as representações estudantis com acesso direto aos estudantes enquadrados no perfil desta pesquisa para fazer o convite de participação

voluntária. Nessa oportunidade, o TCLE foi apresentado e socializado com os voluntários interessados em colaborar.

Condução das Entrevistas. Em dia e horário previamente acordados com os participantes, as entrevistas foram realizadas presencialmente em espaço reservado na UFPA. Além dos participantes, estiveram presentes dois mediadores, sendo um deles ativo e o outro observador, e um intérprete. As entrevistas foram divididas em apresentação, desenvolvimento e encerramento. Na apresentação foram dadas as boas-vindas e feita a divulgação do objetivo da pesquisa. Em seguida foram conferidos aproximadamente 10 minutos para sanar possíveis dúvidas. O desenvolvimento foi disparado com as perguntas do roteiro e o encerramento ocorreu com uma síntese narrativa do encontro e abertura para acréscimos de conteúdo não mencionados anteriormente. O segundo encontro seguiu a mesma estrutura para validação e feedback.

Análise de Dados

A análise dos dados obtidos seguiu o processo de Análise Temática proposto por Clarke e Braun (2007) e operacionalizado por Souza (2019). O ponto de partida foi a transcrição das gravações dos encontros assegurando o comprometimento com a fidedignidade das falas de cada sujeito. A segunda etapa foi a criação de um *corpus* para cada aspecto do Ambiente Nutridor com vista a analisar os dados de forma nuclear/específica. Após isso, a análise seguiu as seguintes etapas: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por temas; revisão dos temas; definição dos temas e produção do relatório.

Resultados e Discussão

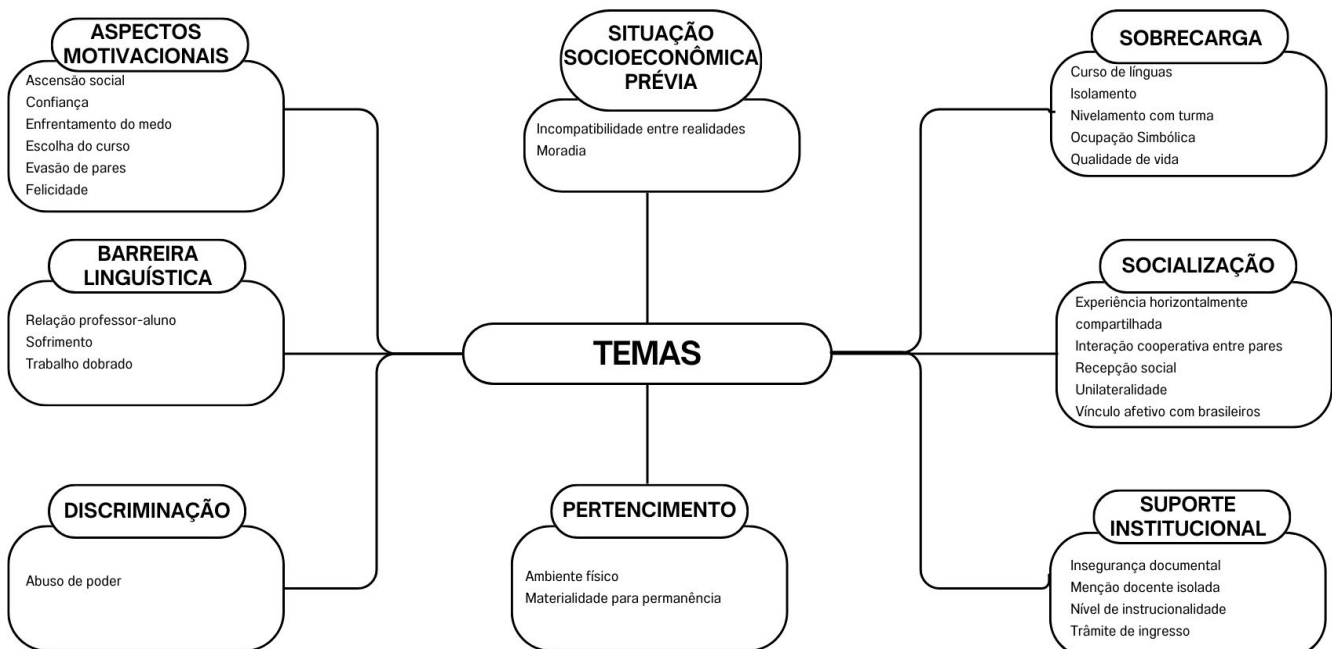
A coleta e validação de dados durou três meses. Ao total foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas para coleta inicial e duas para validação. Em todas as entrevistas, além da pesquisadora, havia um intérprete atuando de forma consecutiva. Na primeira entrevista (176 minutos) e validação (51 minutos) tiveram dois participantes (P1 e P2) e na segunda entrevista (41 minutos) e validação (18 minutos) teve um participante (P3). As entrevistas tiveram número de participantes distintos em função da vulnerabilidade da amostra, cuidado ético e decisão metodológica. Vulnerabilidade da amostra porque historicamente os refugiados pertencem a um grupo socialmente e economicamente mais suscetível a desafios específicos que interagem com suas realidades materiais, de modo que o “N” inicialmente esperado com base na lista de aprovados no Processo Seletivo Especial MIGRE, mostrou-se na realidade menor. Cuidado ético porque, no caso da entrevista com dois participantes, ambos se sentiram mais seguros em participar da coleta juntos. E decisão metodológica pois, ainda no caso da entrevista dupla, tratava-se de dois participantes com alto nível de convivência e compartilhamento de experiência na qual os relatos eram predominantemente os mesmos, de modo que não haveria prejuízo em considerar apenas uma unidade de análise. Ressalta-se que, pela preservação da identidade dos participantes, foi solicitado consentimento a P1 e P2 para relatar na pesquisa o motivo de suas entrevistas serem consideradas como uma só, ao qual ambos concordaram. Os dados sociodemográficos dos participantes não foram coletados pois não eram determinantes para a continuidade

da pesquisa. Os participantes foram perguntados apenas sobre seus status de matrícula institucional no ato da coleta, ao qual P1 e P2 constaram com matrícula vigente e P3 como caso evadido, e sobre suas situações legais no Brasil, ao que todos encaixaram-se no perfil social de refúgio.

Com base nas entrevistas, e após o processo de validação qualitativa, foram gerados oito temas (Aspectos Motivacionais, Barreira Linguística, Discriminação, Situação Econômica Prévia, Pertencimento, Sobrecarga, Socialização e Suporte Institucional) e 29 subtemas (ver Figura 6).

Figura 6.

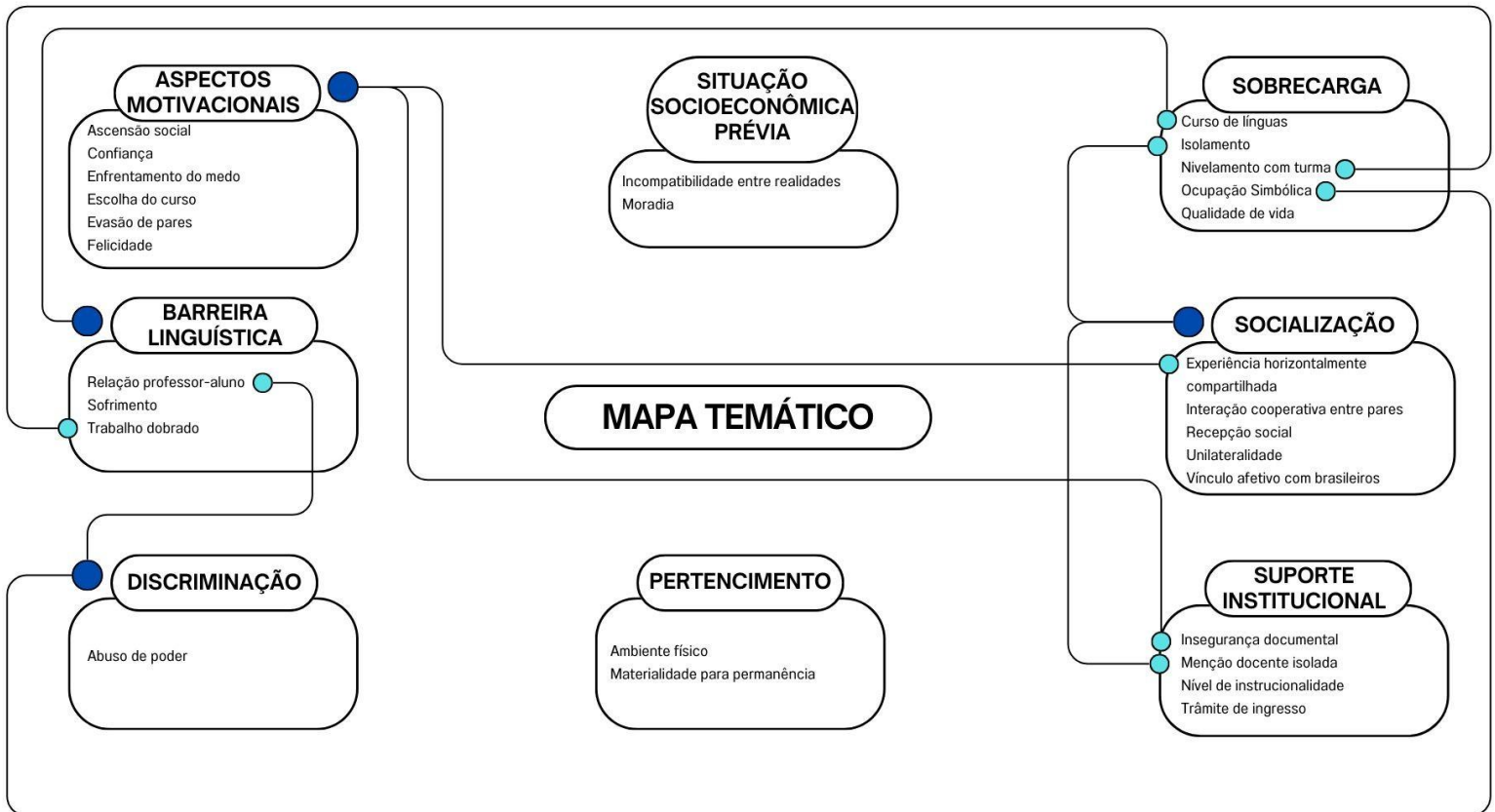
Temas e subtemas da análise temática.



Uma vez que os temas e subtemas foram refinados de acordo com os dados da pesquisa, a etapa seguinte da análise temática resulta na visualização da interação entre as categorias através do mapa temático (Figura 7). Destaca-se nesse ponto que a interação ilustrada se baseia apenas no discurso dos participantes, de modo que interpretações posteriores não cabem na representação do mapa, apenas no corpo da discussão.

Figura 7.

Mapa temático final.



Legenda: Os círculos maiores em cor azul marcam as saídas e chegadas dos temas; os círculos menores em cor ciano marcam as saídas e chegadas dos subtemas.

Fonte: Autora.

Para evitar a leitura repetitiva, os temas e subtemas serão explicados e exemplificados simultaneamente ao processo de articulação ao conceito de Ambiente Nutridor. Dos oito temas obtidos, metade foi comum nas duas entrevistas (a saber, Aspectos Motivacionais, Situação Socioeconômica Prévia, Socialização e Suporte Institucional), ainda que com variações de significado, e a outra metade (Barreira Linguística, Discriminação, Pertencimento e Sobrecarga) esteve presente apenas no discurso dos estudantes que permaneceram no curso.

Socialização

Ao que se observou em comum, o tema de Socialização foi um pilar dos relatos. Há tempo considerável já se tem definido o papel que a socialização tem para o sucesso da inclusão social em ambiente acadêmico (Soares & Del Prette, 2015; Ullah & Wilson, 2007). Considerando que o ambiente da educação superior imprime naturalmente vulnerabilidade em seu público-alvo por conta de estressores específicos (Santos & Costa, 2023), um processo exitoso de socialização pode atuar como fator de proteção durante a experiência acadêmica. Desfrutar de relações sociais satisfatórias promove no indivíduo aprendizados em dimensões normativas, cognitivas e afetivas (Caregnato, Miorando & Baldasso, 2022).

Um grande benefício da socialização exitosa, e ponto central dos relatos desse tema nas entrevistas, é o amparo para o enfrentamento de situações problemáticas: ter um par para compartilhar as dificuldades alivia o peso emocional delas, podendo até alterá-las em função de resolução (Cavalcante, Silva & Menezes, 2023). Além disso, a horizontalidade, quando recíproca e acolhedora, foi descrita também na experiência dos estudantes, como fator de motivação individual.

Para um estudante refugiado, a socialização tem dimensão ainda mais complexa pela variável cultural generalizada, pois o estudante lida com múltiplas adaptações simultaneamente no país de assentamento. Na experiência dos participantes que permaneceram no curso, ter um ao outro para dividir todos os desafios da graduação nesse contexto foi crucial para a permanência, enquanto para o participante que evadiu, a ausência do par foi fator de risco em meio a um contexto já dificultado por barreiras socioeconômicas. No relato de P3 esse ponto pode ser ilustrado: *“Eu queria seguir estudando. Como já não havia dinheiro para poder ir e eu não tinha outro colega, outro companheiro para me acompanhar, não deu”*.

Em um Ambiente Nutridor, a promoção e o reforço do comportamento pró-social são essenciais para o bem-estar dos indivíduos e da coletividade. Do ponto de vista evolutivo, os interesses individuais nem sempre estão alinhados aos coletivos. Um exemplo disso ocorre na mobilidade urbana: o uso diário de automóveis movidos a combustíveis fósseis proporciona maior conforto ao indivíduo, mas, ao mesmo tempo, contribui para o aumento das emissões de gases do efeito estufa e a intensificação das mudanças climáticas, impactando negativamente toda a sociedade. Atkins, Wilson e Hayes (2019) discutem sobre o impacto que a globalização, e especialmente a internet, provocaram na evolução cultural da cooperação. Segundo os autores:

Evoluímos para ser extraordinariamente cooperativos em pequenos grupos, mas agora enfrentamos o desafio de um ambiente totalmente novo no qual somos solicitados a cooperar, não apenas com aqueles que conhecemos bem, mas também com pessoas que são praticamente estranhas — isto é, não apenas com “nós”, mas também com “eles”. (Atkins, et al., 2019, p. 3).

Apesar desse desafio, os autores também concluem que, na mesma proporção da complexidade do desafio atual, também são sem precedentes as ferramentas disponíveis para criação de cooperação em grande escala. O individualismo exacerbado que se observa culturalmente estabelecido atualmente, fundamentado na competitividade do sistema capitalista, assim como o modelo produtivo, é ecologicamente insustentável. Logo, não apenas promover, mas como Biglan (2015) enfatiza veementemente, reforçar o comportamento pró-social em múltiplos níveis de seleção é fundamental para o sucesso da humanidade.

Tratando-se do comportamento pró-social na experiência dos estudantes refugiados, todos os participantes relataram ter sido muito bem recepcionados em sua chegada à instituição, seus colegas de curso apresentaram as instalações do campus, inseriram-os em grupos de comunicação facilitada e se dispuseram a apoiá-los. Contudo, para os estudantes que permanecem no curso, esse comportamento não foi mantido por parte dos seus pares, de modo que a interação cooperativa logo se perdeu. Sobre isso, P1 afirma que “ *à medida que entramos no terceiro semestre, todos se separaram. Então, por exemplo, o professor colocava um trabalho para um grupo de sete estudantes, aí só os brasileiros colocavam. Então nós dois ficávamos de fora*”. O subtema da unilateralidade emergiu em situação semelhante à exemplificada. P1 e P2 participaram voluntariamente de uma pesquisa científica na instituição e, após a coleta de dados, não tiveram mais nenhum tipo de contato dos pesquisadores responsáveis, de modo que não souberam o desfecho da pesquisa da qual participaram e não tiveram seu comportamento cooperativo reconhecido (por exemplo, em forma de agradecimento verbal). Ambos os exemplos representam funcionalmente situações desfavoráveis para a ocorrência de comportamento pró-social. De maneira simplificada, se o ambiente universitário não propicia oportunidades para interações reforçadoras, o comportamento social pode ser reduzido ao ponto do isolamento com função de autopreservação, tal qual ocorreu na experiência desses participantes.

O último subtema de Socialização diz respeito à afetividade: na experiência dos participantes que permaneceram, não foram formados com os estudantes brasileiros vínculos afetivos duradouros, estáveis ou significativos. Tal qual ocorre no processo de aprendizagem a afetividade é um catalisador para as interações humanas (Cavalcante, Silva & Menezes, 2023) e, ainda que no discurso dos participantes que permaneceram essa categoria não tenha sido diretamente correlacionada ao pertencimento, a literatura discorre sobre a importância da afetividade para a plena inclusão a uma comunidade, nesse caso à comunidade acadêmica. O afeto mais significativo descrito na experiência de P1 e P2 foi, sobretudo, aquele presente na relação entre os dois - P1 afirmou, e P2 confirmou, que “*somos só nós dois*”. Além disso, observou-se relações afetivas em menções isoladas, ou seja, de baixa frequência absoluta, com docentes que tiveram um papel além do tradicionalmente previsto na relação acadêmica entre professor-aluno e desempenharam papéis de suporte social e emocional. Ainda sobre os pares, principalmente colegas de turma, percebe-se que a horizontalidade naturalmente impressa na relação compartilhada de ser estudante de graduação sofreu recorte de interseccionalidades referente ao multiculturalismo, evidenciando no caso analisado uma cultura pouco inclusiva.

Alguma informação de porque isso ocorreu?

Pertencimento

O pertencimento refere-se à conexão com uma comunidade, frequentemente simbolizada por um espaço físico. Esse processo está intimamente ligado à construção e reafirmação da identidade ao longo da vida. No contexto acadêmico, sentir-se parte do ambiente universitário influencia tanto o bem-estar individual quanto o desempenho e a trajetória acadêmica (Cavalcante, Silva & Menezes, 2023). Na experiência dos estudantes que permaneceram, o pertencimento foi atrelado ao espaço físico pelo viés de familiaridade. A paisagem natural do campus evocava memórias das suas regiões de origem. P1 explica que *“a espécie de uma árvore do bosque é a mesma que tínhamos lá”* e P2 diz *“Dá vontade de tomar banho nesse rio”*. Ambos os exemplos reforçam o quanto o bem-estar de um indivíduo é afetado por várias dimensões do ambiente no qual ele está inserido e interage. E nem toda interação reforçadora necessariamente envolve outro indivíduo. A construção de identidade socioespacial nesse caso ocorreu apenas em função da preservação e beleza natural do campus.

Além do espaço físico, o acesso a auxílios e políticas institucionais de permanência foram importantes para desenvolver e fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes que permaneceram. Em seu discurso, o acesso ao

restaurante universitário, ao transporte coletivo gratuito no campus e a bolsas de auxílio moradia, além de cumprir seus papéis de fomentar condições materiais para a permanência, promoveram apropriação do espaço simbólico da universidade, na medida em que ter segurança de direitos básicos para transitar naquele espaço promoveu, também, maior segurança para se auto reconhecer como membro de direito de tal comunidade. P1, validado por P2, diz que *“hoje a universidade é muito boa. Se queremos caminhar de um lado para o outro, podemos. Se não quiser caminhar, tem o ônibus. Conseguimos a meia passagem e estamos conseguindo usar o cartão. Tem o restaurante. Há muitas coisas que conseguimos com o auxílio da universidade. E é com isso que nos mobilizamos, porque sempre é uma etapa a mais para a universidade.”*

A dimensão de monitoramento e estabelecimento de limites sobre as influências e oportunidades de envolvimento em comportamentos problemáticos do conceito de AN relaciona-se diretamente com os exemplos destacados no tema de pertencimento a partir da prevenção. Ao garantir que os estudantes refugiados tenham acesso a um ambiente acadêmico, com ênfase nos espaços simbólicos extraclasse, que seja seguro e agradável para permanecer, tem-se promoção de bem-estar e saúde mental. Ao mesmo tempo, ao responder institucional e socialmente às demandas que vulnerabilizam essa população, estabelecendo diretrizes claras para sua inclusão e proteção, a universidade pode reduzir desigualdades e promover um espaço verdadeiramente nutridor, com prospecções que extrapolam o tempo de permanência na graduação, pois assim como o estudante chega na universidade com desafios humanos e sociais que são prévios ao seu ingresso, a sua

passagem pela universidade também tem o potencial de ecoar novas habilidades e competências úteis a outros contextos além do acadêmico.

Barreira Linguística, Discriminação, Situação Socioeconômica Prévia, Sobrecarga e Suporte Institucional

Os cinco temas que titulam essa subseção possuem entre si características muito similares a respeito da relação contextual que os torna predominante um desafio na educação superior para refugiados. Além disso, no discurso dos três entrevistados, todos os temas mencionados foram relacionados sobretudo à interação entre as dimensões de monitoramento e estabelecimento de limites sobre as influências e oportunidades de envolvimento em comportamentos problemáticos e minimização de condições social e biologicamente tóxicas, motivo pelo qual se optou por discuti-los de maneira agrupada.

Segundo Biglan (2015), a Minimização de Condições Sociais e Biologicamente Tóxicas refere-se à redução de fatores que comprometem o bem-estar e o desenvolvimento dos indivíduos. Fatores como privação de sono, insegurança financeira, discriminação e falta de acesso a recursos básicos interferem na permanência e no desempenho acadêmico dos estudantes. No contexto universitário, o controle dessas variáveis por meio de contingências programadas—como políticas de permanência estudantil e criação de redes de apoio—favorece um ambiente em que os comportamentos de engajamento acadêmico são mais prováveis de ocorrer.

A dimensão de Monitoramento e Estabelecimento de Limites, por sua vez, é essencial para a estruturação sociocultural de um ambiente que combata comportamentos contraproducentes ao desenvolvimento humano, acadêmico e social. Monitorar o bem-estar dos alunos, fornecer suporte contínuo e estabelecer diretrizes claras para a construção de um ambiente mais inclusivo são estratégias fundamentais para promover um espaço universitário nutridor, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade, como os refugiados. A interação entre essas duas dimensões pode ser facilmente resumida de forma complementar: uma atua corrigindo os efeitos de uma condição adversa já instalada, enquanto a outra age antecipadamente, estruturando o ambiente para evitar que o problema ocorra ou se intensifique no futuro.

Foi justamente essa interação observada no discurso dos participantes. O desafio mais imediato enfrentado é da ordem do direito básico e relaciona-se com o estado de vulnerabilidade social que já é existente antes de um refugiado tornar-se um estudante da educação superior. No caso do estudante que evadiu, esse tema foi mais do que um fator de agravo da experiência educacional, foi um fator determinante para a evasão. Na impossibilidade de acesso a condições materiais que viabilizassem a vida acadêmica, ainda que em paralelo com alguma atividade remunerada ou auxílio externo à instituição, a permanência não era uma opção real. Sobre isso, P3 explicou: “*a professora me informou que tinha o auxílio. Mas primeiro eu tinha que frequentar as aulas pra esperar a solicitação. Não tinha como, não tinha dinheiro para sair e por isso fiquei aqui.*”. Ainda nesse relato, foi enfatizado a incompatibilidade entre realidades

sociais, pois, considerando todo o histórico prévio de vulnerabilidade e o arranjo social presente, não fazia sentido descrever uma rotina com educação superior, pois, de acordo com P3: *“eu escolhia estudar ou sustentar minha família. Tenho três filhos. Eu penso que eles são minha prioridade”*.

Ainda neste tema, o acesso à moradia e a consequente segurança advinda, foi variável significativa na experiência dos três estudantes. Para o que evadiu, a dificuldade de acessar os auxílios agravada pelo arranjo específico da sua situação (como o acompanhamento de filhos e parceira) tornaram inviável a continuidade no curso e, para os que permaneceram, foi após essa garantia que surgiram condições reais para se adaptar ao contexto acadêmico. É importante ressaltar que em ambas as experiências, o relato desse tema e subtemas foi o que mais se relacionou com variáveis e trâmites externos à universidade.

A barreira linguística foi o segundo maior desafio descrito, porém esteve presente apenas no discurso dos estudantes que permaneceram. A adaptação linguística de estudantes refugiados na educação superior é um processo complexo que pode afetar diretamente o desempenho acadêmico, a inclusão social e o bem-estar emocional desses estudantes (Cervallos, Vassori & Guilherme, 2024). A falta de proficiência na língua de instrução pode dificultar a compreensão das aulas, a realização de avaliações e a participação em atividades acadêmicas. Além disso, limita a interação social, podendo gerar isolamento e comprometimento da saúde mental dos estudantes (Cervallos, Vassori & Guilherme, 2024). Na experiência dos entrevistados, ela foi atrelada à relação

professor-aluno, ao sofrimento emocional e ao trabalho dobrado para compensar as fragilidades de não ter domínio de outra língua. O fato de uma instituição de ensino ser aberta e incentivar a internacionalização e o multiculturalismo, não garante que todas as práticas individuais dos atores que nela atuam refletirão essas diretrizes. Os estudantes relataram lidar com a inflexibilidade de alguns docentes em relação à língua, principalmente para a realização de trabalhos escritos e apresentações orais. Ambos os estudantes já tinham um nível básico de português para a comunicação oral e mesclavam os idiomas ao falar; o mesmo não ocorreu com o domínio da escrita. Essa barreira situava os estudantes em posição de necessidade de flexibilização e adaptação que nem sempre era suprida no que dependia do papel do docente. Em situação descrita como traumática, P1 relata ter recebido de um docente o feedback público de que *“Se você não conseguir falar em português, você não pode estar dentro da universidade. Você não pode estar aqui, tem que sair, porque você não fala o idioma português.”* Essa dificuldade naturalizou o subtema do trabalho dobrado para os estudantes que permaneceram, pois, para responder satisfatoriamente aos critérios avaliativos nas disciplinas cursadas, tornou-se rotineiro os estudantes escreverem o trabalho em suas línguas de origem e traduzi-los em seguida para o português. Nos trabalhos orais, os estudantes só podiam contar com a compreensão dos docentes para não serem prejudicados nos processos avaliativos. Além dos trabalhos escritos e apresentados oralmente, as demais atividades acadêmicas, tornaram-se naturalmente mais exaustivas pelo esforço e tempo necessário para assimilação de conteúdos. Por se tratar de um

desafio constante desde o ingresso, o nível elevado de estresse causou também sofrimento emocional. Sobre isso, P2 diz que *“para nós dois foi um pouco triste esse problema, tudo isso. O problema é que nós não conseguimos falar bem em português e na escrita.”*

De modo geral, o desafio da língua se estabilizou no relato dos estudantes como um estressor ao qual eles se acostumaram a ser expostos. Contudo, algumas situações extrapolaram a razoabilidade, e configuraram-se atos de violência de fato. Um levantamento realizado em 2019 por universidades parceiras do ACNUR mostrou que 41% dos refugiados vivendo no Brasil já sofreram algum tipo de discriminação. Das vítimas de preconceito e agressões, 73,5% associaram o episódio ao fato de serem estrangeiros. Questões raciais também apareceram como causa da discriminação em 52% dos casos relatados. Na experiência desses estudantes, a discriminação ocorreu por intermédio de abuso de poder e constrangimento público. Além do trecho relatado acima no qual o docente nega a legitimidade de permanência dos estudantes na universidade, foram descritas interações nas quais, em sala de aula, após um docente finalizar sua fala, direcionou-se para P1 com *“o venezuelano não vai falar nada? Vai ficar calado?”*.

Além das variáveis já descritas que tornam o ambiente acadêmico menos nutridor para a adaptação exitosa dos estudantes refugiados, têm-se ainda outras fontes de sobrecarga. Ao mesmo tempo em que a barreira linguística é um alvo a ser superado pelas políticas institucionais de apoio, na experiência dos estudantes, o acesso ao curso de línguas não foi efetivado apenas por causa do cansaço. Com toda a rotina vivenciada,

não restava tempo cronológico e qualitativo para engajar-se em atividades extracurriculares, ainda que sejam fundamentais para auxiliar na adaptação. A qualidade de vida dos estudantes foi autorrelatada como fragilizada, com poucas horas de sono, com muitas horas de mobilidade intramunicipal e sem acesso a esportes e lazer. O nivelamento com a turma mostrou-se também como uma variável de sobrecarga. Ao perceberem o nível de base de comportamentos e desempenhos acadêmicos dos colegas brasileiros, os estudantes refugiados buscavam alcançar o mesmo nível para não prejudicarem o ritmo da turma. Assim, ao surgirem dúvidas, optavam frequentemente por não as expressar publicamente para não interromper a aula e se não entendiam algo por causa do idioma, apenas tentavam anotar o possível para averiguar posteriormente o significado. Mesmo com o avanço no percurso acadêmico, P2 explicou que “*se tivesse que perguntar, chamávamos somente o professor no final da aula depois que todos saiam*”.

Foi também motivo de sobrecarga o que se chamou de ocupação simbólica. Além de todas as dificuldades intrínsecas ao status de refúgio e à educação superior que os estudantes refugiados lidam na sua experiência, a ocupação simbólica na universidade como ato de resistência e luta, apesar de legítimo, também é fonte de sobrecarga. Em situação relatada pelos estudantes, os dois contaram sobre o dia em que, já decorrido mais da metade do semestre letivo, o docente em questão tomou conhecimento de forma indireta sobre a presença de estudantes refugiados em sua classe. Até então o docente tratava a turma como integralmente nativa, não se engajando em nenhum

comportamento condicionado a qualquer dimensão do multiculturalismo. O desfecho da situação terminou de forma positiva com a postura atitudinal acolhedora do professor, porém P1 precisou se autodeclarar, pois institucionalmente o docente de fato estava completamente avesso ao fato de suas presenças em sala. Essa experiência foi marcadamente associada no relato dos estudantes aos episódios de discriminação sofridos no sentido de que eles se sentiam compelidos a lutar pelo direito de estar e permanecer naquele espaço, pois essa legitimidade não veio de maneira automática e natural a partir do preenchimento da vaga. [propostas institucionais?]

Por fim, a sobrecarga também foi atrelada a um isolamento social específico. O do tipo de autopreservação. A partir do histórico das interações sociais desenvolvidas num dado ambiente, um indivíduo pode se isolar para evitar situações desconfortáveis e preservar sua identidade. Na experiência dos estudantes refugiados, a interação com pares e docentes foi suficiente para estabelecer e fortalecer esse padrão de comportamento pois havia a percepção de que seria sempre mais seguro que fossem apenas os dois.

Quanto ao subtema de suporte institucional, a questão da insegurança documental foi descrita como principal dificuldade dos estudantes refugiados. As parcerias realizadas entre a ACNUR e as IES brasileiras, bem como a abertura de processos seletivos especiais já configuram iniciativas importantes para lidar com a questão documental. Contudo, passado o período de ingresso, não necessariamente a barreira é superada. Na experiência dos entrevistados, eles continuam sem ter a sua

situação plenamente regularizada junto à universidade, o que causa medo dos desdobramentos até o final da graduação. P1 relata que tem "*medo de que o tempo de curso tenha sido em vão se não conseguirmos pegar nosso diploma de conclusão*". As dificuldades documentais não são exclusivas da universidade. P3 também relatou que, em uma breve tentativa de se candidatar ao programa de auxílio para permanência, precisou reunir documentos referentes à sua comprovação de moradia, na época viabilizada institucionalmente pelo Estado, e não conseguiu resolver os trâmites necessários para cumprir o critério e se candidatar à vaga em tempo hábil. Essa é mais uma característica que acompanha intrinsecamente a experiência do deslocamento forçado e dificulta o processo de reassentamento em várias dimensões, incluindo a emocional.

Sobre o trâmite de ingresso, na experiência dos três entrevistados, a forma de ingresso não amparou os discentes em relação aos fatores necessários para se adaptarem ao novo contexto de forma segura. Ao invés de reduzir situações prejudiciais, aumentou. Todos descreveram como um processo inicialmente informal e rápido. P3 diz que "*um dia eles chegaram no abrigo e eles que motivaram para estudar porque tínhamos os estudos terminados. E aí pediram todos os papéis. E... eu acho que nós... tivemos uma entrevista aqui dentro que... já... já no outro dia foi selecionado e que havia saído o nome para estudar na universidade*". Na experiência de P1 e P2, inicialmente P1 conheceu em seu ambiente de trabalho anterior uma pessoa que mencionou vagas de graduação disponíveis, a qual P1 aceitou e estendeu o convite para P2, que também

aceitou e logo em seguida começaram a inscrição “ *tudo direto*”. *Na verdade, eu nem sabia como era esse processo aqui dentro da universidade. Eu cheguei e falaram assim: “você teve que assinar”. Ai nós fizemos alguma inscrição aí. Pronto. Nós fomos selecionados. E isso foi direto. Eu nem sabia como era o primeiro passo*”. Ainda que tais trâmites tenham sido mediados por parcerias institucionais, no ato da aproximação, não houve tempo e informações necessárias para que os estudantes se sentissem seguros do processo. Além disso, os participantes não puderam escolher o curso de interesse. P3 relatou que “*Eu queria a educação, mas me saiu o curso x (informação ocultada para preservação de identidade do participante)*”. P1 e P2 atualmente sentem-se felizes com seus respectivos cursos, mas igualmente não o escolheram no ingresso.

O nível de instrucionalidade surgiu apenas no discurso dos estudantes que permaneceram como um desdobramento das variáveis já observadas no trâmite de ingresso. Para estudantes de grupos vulneráveis, instruções institucionais claras e abrangentes são pilares essenciais para a adaptação bem-sucedida ao ensino superior. Ao fornecer orientações precisas e recursos de apoio, às instituições não apenas facilitam a transição acadêmica, mas também promovem um ambiente inclusivo que valoriza a diversidade e o bem-estar de toda a comunidade estudantil (Pixel, s.d.). Na experiência dos entrevistados, essa dimensão foi deficitária. O apoio mencionado em nível institucional se resumiu muito mais às menções isoladas dos docentes que os ajudaram. Sobre isso, P1 conta que “*graças ao professor X (informação ocultada para preservação de identidade do participante) que ficamos sabendo de todo o movimento*

da universidade. Até que nós aprendemos. Aprendemos quais são os professores, quais são as horas que vão dar as aulas, o trabalho, tudo isso. Então, aí avançamos mais tranquilamente para os próximos semestres.”. É crucial distinguir entre a mera disponibilidade de uma informação em um sistema acadêmico online ou em uma orientação oral envolvendo um ator institucional, por exemplo, e a criação de condições que permitam sua efetiva compreensão e aplicação pelos indivíduos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Para que a informação disponível seja verdadeiramente útil, é necessário que o indivíduo possua repertórios comportamentais adequados para interpretá-la e utilizá-la de maneira adaptativa. Isso implica que as instituições devem não apenas fornecer a informação, mas também assegurar que ela seja acessível e compreensível, considerando as habilidades e contextos específicos dos usuários. Além disso, é fundamental implementar sistemas de monitoramento que avaliem se a informação está sendo efetivamente assimilada e aplicada, oferecendo suporte adicional quando necessário para garantir a adaptação e o sucesso dos indivíduos no ambiente acadêmico.

Aspectos Motivacionais

No relato dos participantes, esse tema foi significativamente relacionado à dimensão de promoção de flexibilidade psicológica de valores sociais. A flexibilidade psicológica, conforme definida por Steven Hayes, fundador da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), refere-se à competência de uma pessoa de adaptar-se eficazmente às diferentes situações da vida, mantendo um senso de propósito e alinhamento com seus

valores pessoais (Hayes, Strosahl & Wilson, 1999). Agir com flexibilidade psicológica envolve a disposição de estar presente no momento, aceitar pensamentos e emoções desconfortáveis sem tentar evitá-los ou suprimi-los, e agir de maneira consistente com aquilo que é realmente importante para o indivíduo (Biglan, 2015). Na clínica individual a ACT tem obtido resultados promissores com o treino de flexibilidade psicológica, de modo que a saúde mental geral dos indivíduos é contemplada por essa competência que é transversal para diversas dimensões da vida humana. A grande proposição de Biglan (2015), que nos leva diretamente à experiência de estudantes refugiados na educação superior, é aplicar o que já se tem evidenciado a partir do estudo do comportamento dos indivíduos em grandes organizações e práticas culturais. A principal característica derivada do campo individual para o social é a adaptabilidade ao ambiente de inserção. Biglan (2015) defende que a flexibilidade psicológica de valores sociais é fundamental para construir ambientes nutritivos, ou seja, satisfatoriamente estimulantes para o desenvolvimento humano. O próprio autor reconhece, no entanto, que ainda há um longo caminho a ser percorrido nesse sentido, mas enfatiza o poder da afetividade nas relações humanas para tornar os indivíduos mais atenciosos, criativos e produtivos da sociedade. O autor também reconhece que apesar de ser otimista em relação a sua proposta, que fatores sócio-históricos como a desigualdade e pobreza são obstáculos basilares a serem superados antes de discutir intervenções de natureza secundária como a flexibilidade psicológica. Na experiência dos estudantes que permaneceram, a questão social aparece como fator motivacional tanto enquanto fator de proteção quanto de risco. Pela

vulnerabilidade social, ela própria torna-se operação estabelecadora para a permanência no curso tendo em vista a oportunidade de ascensão social mediada pela educação. Ao mesmo tempo, ser testemunha ocular da evasão de pares pelas dificuldades sociais também retira o aspecto motivacional por exemplificar um ambiente incompatível para um dado perfil social.

Ainda nessa categoria temática, foi possível verificar a interação entre os diversos níveis de seleção humana: a sociabilidade enquanto uma necessidade da espécie humana, e fator motivacional, para apropriar-se de um ambiente; a interação dessa necessidade com a história de vida pessoal de cada participante; e o atravessamento cultural de origem e assentamento em todo o processo. Os subtemas de confiança, enfrentamento do medo e felicidade evidenciam que todo comportamento humano é contextual e não tem origem isolada no indivíduo, de modo que o ambiente tem papel crucial no resultado de qualquer interação. Na experiência dos estudantes, apesar de todas as dificuldades mencionadas, foi possível interagir com aspectos do ambiente acadêmico que geraram sentimentos de confiança e felicidade. P1 relata que “*quando entrei achava que não seria possível, agora acredito que dá pra ir*”. O medo que foi enfrentado dizia respeito à exposição pública, que gradativamente no percurso acadêmico teve seu valor modulado em função do objetivo de sucesso acadêmico. P1 diz “*Temos que enfrentar isso porque estamos nos formando para lidar com o público*”. E por fim, a questão da escolha do curso também teve característica motivacional na experiência dos estudantes. Pela natureza do trâmite de ingresso já descrito

anteriormente, os estudantes não ingressaram nos cursos que gostariam. Ainda que ambos estivessem satisfeitos com seus cursos no momento das entrevistas, no início de suas carreiras acadêmicas isso acabou sendo um fator desmotivante.

Considerações Finais

O presente estudo analisou a experiência de estudantes refugiados na educação superior a partir do conceito de Ambiente Nutridor, proposto por Biglan (2015). A pesquisa evidenciou que um ambiente verdadeiramente nutridor não se limita a garantir o acesso formal à educação, mas requer a estruturação de contingências que reforcem comportamentos pró-sociais, minimizem barreiras estruturais, limitem influências sobre comportamentos problemático e promovam suporte contínuo para o bem-estar e o desenvolvimento desses estudantes. No que tange individualmente cada dimensão do conceito, observou-se que a promoção e reforço de comportamento pró social não é uma característica institucional generalizada, de modo que não se pode afirmar existir uma cultura inclusiva. É fundamental que a socialização seja acolhida em projetos institucionais que visem permanência e sucesso acadêmico. Um Ambiente Nutridor deve ser intencional na criação de oportunidades para interações positivas que fortaleçam vínculos interpessoais e incentivem a participação ativa na comunidade acadêmica. As dimensões de minimização de condições tóxicas e limitação de comportamentos problemáticos relacionaram-se predominantemente a questões de direitos básicos e situação socioeconômica. Essa relação foi descrita de forma articulada pelo fato de que

prevenção e remediação articuladas são mais eficazes para tornar um Ambiente Nutridor. É importante salientar que a vulnerabilidade socioeconômica, apesar de manifestar-se institucionalmente, apresenta marcador prévio ao ingresso na universidade. Nesse sentido, a responsabilidade pelo acolhimento humanitário não é exclusiva das instituições de ensino que abrem as portas para receber essa população. As experiências relatadas nesta pesquisa não excluem demandas concernentes a políticas públicas e gestão de governo. Ainda sobre a vulnerabilidade da amostra, destaca-se que o delineamento inicial da pesquisa previu a coleta de dados em formato de grupo focal, contudo uma quantidade significativa dos estudantes que ingressaram pelo processo seletivo especial estavam com as matrículas trancadas no período da coleta ou haviam abandonado o curso definitivamente. Metodologicamente, pelo número de participantes disponíveis, não foi possível manter o grupo focal, mas esse é também um dado social sobre a vulnerabilidade discutida.

A promoção de flexibilidade psicológica de valores sociais relacionou-se principalmente aos aspectos motivacionais no percurso acadêmico dos estudantes. Na experiência dos estudantes, essa dimensão não foi relatada como componente de alguma política institucional que os alcançasse. De modo unificado, observou-se que na experiência dos estudantes já é possível identificar variáveis institucionais que tornam suas experiências mais nutritivas, mas ainda não ocorre de forma estruturada.

A partir do relato dos participantes e dos temas que emergiram, a discussão dos resultados concentrou-se nas dimensões do A.N mais predominantes nos relatos. Mas

isso foi uma escolha estética e metodológica. É importante reiterar a versatilidade do conceito para ser abordado de forma pormenorizada, enfatizando a operacionalização a partir de cada dimensão, ou de maneira integrada. Essa versatilidade também pode ser útil para direcionar os focos em políticas institucionais e planejamento de intervenções para a população refugiada. Essa pesquisa mostrou também a transversalidade do conceito de Ambiente Nutridor pois, ainda que se categorize por dimensão, os temas extrapolam os limites das dimensões e assumem diferentes funções a partir do contexto adotado. Para a população refugiada especificamente, o mesmo ocorre com as variáveis que atuam socialmente enquanto fatores de risco e proteção para permanência na educação superior.

Considera-se exitosa a proposta de expandir a aplicabilidade do conceito de Biglan (2015) para a educação superior na perspectiva de estudantes refugiados. Espera-se que esta pesquisa contribua para desdobramentos futuros que tornem a educação superior cada vez mais um lugar legitimado para este público. E compartilhando da visão dos próprios participantes que contribuíram com esta pesquisa, acredita-se que a educação é uma das mais potentes ferramentas de transformação e libertação social.

Capítulo 3 – Políticas Institucionais Para Inclusão de Refugiados: Um Estudo sobre a Universidade Federal do Pará.

Historicamente a universidade não se limita apenas à função de formação técnica. Além da dimensão educativa, é um lócus de natureza social, política, econômica e cultural que

naturalmente reflete, ou pelo menos testemunha, as tensões e contradições presentes nas relações sociais em um dado contexto (Alves & Borges, 2025). Na experiência estadunidense, por exemplo, durante grande parte dos séculos XIX e XX, as políticas de governo promoviam intencionalmente segregação racial. O sistema educacional não ficou imune a isso e instalou-se uma cultura análoga ao *apartheid* nos espaços escolares, incluindo as universidades. Já no Brasil, embora não tenha havido leis de segregação racial semelhantes às dos EUA, a exclusão da população negra da educação superior foi uma realidade sistemática devido a fatores socioeconômicos e discriminação estrutural. A abolição da escravidão em 1888 não foi acompanhada de políticas de inclusão, assim como a decisão histórica de 1954 que declarou a segregação escolar inconstitucional nos EUA não resolveu o problema de forma definitiva.

Com a intensificação de movimentos sociais em todas as camadas da sociedade ao longo da história, a universidade também responde a isso de modo a promover reflexões acerca do seu papel social (Alves & Borges, 2025). Grandes transformações sociais são alcançadas através da luta popular, como o processo de democratização da educação superior e a criação de políticas afirmativas. Tratados internacionais atualmente direcionam incentivos para que as universidades sejam promotoras de saúde generalizada, dentro e fora de seus muros; e com muito mais frequência, a autonomia das universidades, garantida constitucionalmente, é respeitada por diversos setores da sociedade. Apesar desses e de outros progressos significativos no cumprimento de seu papel social rumo à inclusão e equidade, desafios que exigem esforços contínuos ainda persistem.

Na última década, e com o agravamento da crise humanitária, o acesso à educação superior como um direito humano fundamental é um fator determinante para a reconstrução de vidas em contextos de deslocamento forçado e violação de direitos humanos (ACNUR, 2023b). Para refugiados, a oportunidade de ingressar e permanecer em uma universidade representa não apenas um caminho para o desenvolvimento acadêmico e profissional, mas também um meio essencial de inclusão social, econômica e cultural no país de acolhida (I. Santos, 2021). No entanto, apesar dos avanços normativos e institucionais em diversas partes do mundo, os refugiados ainda enfrentam barreiras significativas para acessar e concluir seus estudos superiores. Entre os desafios mais comuns estão a ausência de documentação adequada, dificuldades financeiras, barreiras linguísticas, falta de reconhecimento de diplomas estrangeiros e insuficiência de políticas institucionais que garantam suporte contínuo a essa população (Brito, 2022; Rocha et al., 2022).

Diante dessa realidade, instituições de educação superior públicas têm assumido um papel central na promoção de estratégias de acolhimento e suporte para estudantes refugiados, por meio da formulação de políticas de inclusão, assistência estudantil e adaptação curricular. Esse papel é ainda mais significativo nos territórios e regiões que estão geograficamente mais próximos das rotas de trânsito e reassentamento, principalmente em zonas fronteiriças. No Brasil, diversas universidades têm implementado ações direcionadas a essa população, como a criação de processos seletivos especiais, a criação de bolsas de vulnerabilidade e a parceria com iniciativas amplas, como a promovida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Por meio da chamada Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), o

ACNUR incentiva a criação de programas e políticas de apoio à inclusão acadêmica e social de refugiados.

A implementação de iniciativas inclusivas, tanto em contextos micro quanto macro, não assegura, por si só, a sua efetividade. Nesse sentido, os documentos institucionais desempenham uma importante medida de análise, pois legitimam a orientação dessas ações (Ribeiro & Duboc, 2023). Em primeiro lugar, a existência desses documentos é fundamental para o ciclo de vida das políticas institucionais, permitindo a avaliação de sua eficácia, estrutura, necessidade de ajustes e a capacidade de atender satisfatoriamente aos marcadores sociais e às demandas específicas da população-alvo. Assim, esses documentos funcionam como um diagnóstico e um ponto de partida, evidenciando tanto lacunas quanto sucessos. Adicionalmente, os documentos institucionais oferecem subsídios essenciais para a materialização de ações concretas, sejam em sentido político ou material. Por exemplo, a possibilidade de uma universidade estruturar um processo seletivo especial para refugiados e estabelecer parcerias externas aumenta significativamente quando esse processo está respaldado por documentos oficiais que delineiam diretrizes claras. Embora essa não seja a única variável determinante, a formalização documental contribui para a construção de uma base jurídica sólida, que orienta e legitima a execução de qualquer prática institucional (Ribeiro & Duboc, 2023).

Nesse sentido, menciona-se o referencial teórico analítico comportamental desenvolvido por Biglan (2015) e sintetizado no conceito de Ambiente Nutridor, como uma ferramenta útil para discutir, ao mesmo tempo, o acolhimento educacional da população refugiada e as políticas

institucionais relativas a esse processo. Isso porque o conceito orienta a criação de um ambiente educacional que, em seu planejamento, apoie qualitativamente o desenvolvimento acadêmico e pessoal do indivíduo. Segundo o autor, ambientes nutridores são aqueles que atendem a pelo menos três das quatro classes contextuais a seguir: a) promoção e reforço de comportamento pró-social; b) monitoramento e estabelecimento de limites sobre as influências e oportunidades de envolvimento em comportamentos problemáticos; c) minimização de condições social e biologicamente tóxicas; d) promoção de flexibilidade psicológica de valores sociais. No contexto da educação superior, isso significa que políticas institucionais voltadas para refugiados não devem se limitar ao ingresso desses estudantes, mas sim criar um ambiente que possibilite sua permanência, adaptação e sucesso acadêmico.

Considerando o exposto até aqui e a importância de documentos institucionais como medida de diagnóstico social, essa pesquisa teve como objetivo mapear e analisar documentos institucionais de uma instituição de educação superior pública que abordem/citem a população enquadrada no perfil deste estudo. A partir dessa coleta, os documentos encontrados serão discutidos com base no referencial teórico do Ambiente Nutridor, buscando identificar avanços, desafios e lacunas nas políticas institucionais voltadas para essa população. Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre a responsabilidade social das universidades e fornecer subsídios para a ampliação e aprimoramento das iniciativas de inclusão de refugiados no ensino superior.

Método

Delineamento

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, do tipo mapeamento institucional, de abordagem qualitativa (Gil, 2023). A escolha pelo mapeamento institucional baseia-se no fato desta metodologia prever um conjunto de ações voltadas à investigação, análise e reflexão sobre o contexto institucional, que cria subsídios para compreensão dessa realidade e para a intervenção (Carvalho & Marinho-Araújo, 2010). De modo complementar, a abordagem qualitativa permite uma análise interpretativa dos documentos, relacionando-os com o referencial teórico proposto na pesquisa (Biglan, 2015).

Ambiente

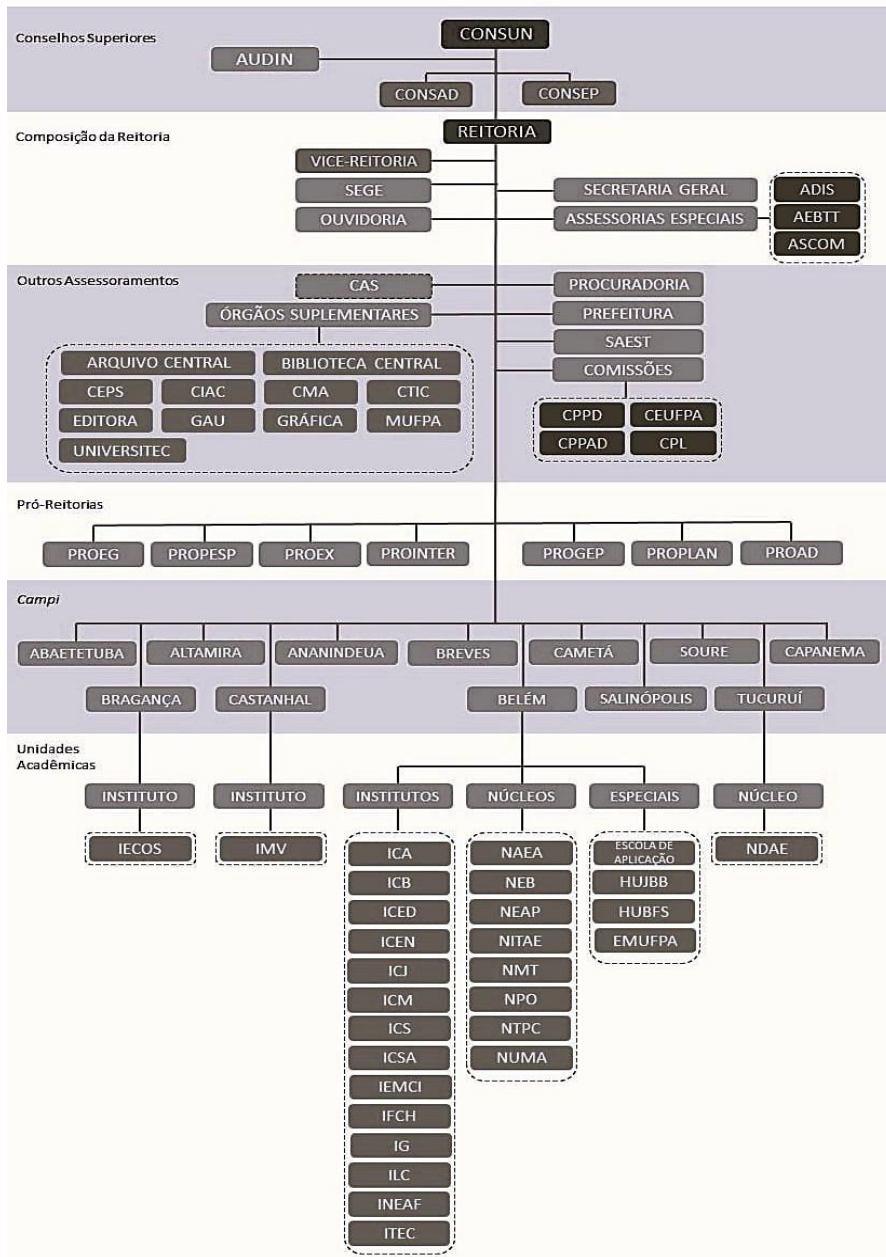
O estudo foi realizado em uma instituição pública de educação superior brasileira, a Universidade Federal do Pará, considerada a maior universidade da região Norte do Brasil em número de estudantes, estrutura física e impacto acadêmico. No cenário de acolhimento aos estudantes refugiados, a referida instituição se destaca por ter aberto processo seletivo especial para essa população em 2020 e ter se conveniado à CSVN em outubro de 2024. Pela sua localização geográfica, a Universidade tem proximidade com os fluxos de deslocamento reforçado. Em seu papel sociopolítico, a universidade se projeta atualmente com o potencial de desenvolver políticas institucionais voltadas para essa população vulnerável e de se tornar referência para outras instituições nacionais e latino-americanas.

Procedimentos

Identificação de Documentos. Com base no organograma institucional da universidade (ver Figura 8), os sites de cada instância foram consultados em busca de documentos públicos que mencionassem a população enquadrada no perfil deste estudo. Os documentos coletados passaram por um processo de triagem para verificar sua pertinência ao objeto de estudo. Foram considerados aqueles que mencionaram explicitamente o termo “refugiado” / “refugiados”, excluindo-se documentos genéricos sobre políticas de inclusão que não apresentassem menções diretas a essa população. Este levantamento foi realizado por duas revisoras com acesso à mesma planilha para organização de dados.

Figura 8.

Organograma da Universidade Federal do Pará.



Fonte: <https://portal.ufpa.br/index.php/organograma>

Categorização. Após a identificação dos documentos de interesse, foi realizada leitura integral de cada um a fim de categorizá-los. Os documentos foram sistematizados em uma planilha do Excel contendo os títulos, resumo do documento e origem institucional

(considerando o organograma da Figura 8). Após organizá-los por temas institucionais, os documentos foram novamente categorizados a partir dos aspectos ambientais elencados por Biglan (2015) para o Ambiente Nutridor, a citar: minimização de eventos tóxicos; promoção, ensino e reforço de pró-socialidade; limitação de oportunidades para comportamentos problemáticos; e promoção de flexibilidade psicológica (Apêndice C). Todos os processos de triagem e categorização envolveram duas revisoras.

Análise de Dados

A análise dos documentos foi conduzida de maneira interpretativa cruzando os achados da pesquisa com o referencial teórico mencionado (Biglan, 2015), com especial ênfase à forma como os documentos institucionais contemplam (ou não) os aspectos base desse conceito.

Resultados e Discussão

O período de coleta de dados ocorreu entre julho e agosto de 2024. Foram identificados inicialmente 62 documentos institucionais que cumpriam o critério de fazer menção explícita à população refugiada. Após leitura inicial, foram excluídos os documentos que se referiam ao nível de pós-graduação ($n = 3$) e abordavam práticas extensionistas voltadas à essa população ($n = 2$). Nos casos em que, ao fazer a busca no site institucional, não houve sucesso na coleta, a busca livre do google foi adotada como medida alternativa para obter o documento (são exemplos de insucesso links inativos; links com redirecionamento para página de erro; e páginas

desatualizadas). Para a busca no google, foram utilizados sempre dois descritores: o nome do órgão em questão (ver organograma) e o termo “refugiados”.

Os 57 documentos válidos tiveram origem associada a cinco órgãos institucionais (CEPS, PROEX, PROGEP, SAEST e SEGE). Estes órgãos possuem predominância de incumbência nas áreas de gestão acadêmica e administrativa (PROGEP e SEGE), assistência estudantil (SAEST), extensão universitária (PROEX) e processos seletivos de ingresso (CEPS). Quanto aos órgãos e setores que utilizaram tais documentos, foram identificados 40 ao total. Destes órgãos, 12 são da área de ensino, pesquisa e extensão; 10 são da área de gestão acadêmica e administrativa; cinco são da área de assistência estudantil e quatro são da área de processos seletivos de ingresso. Com base no organograma adotado, os resultados demonstraram tanto horizontalidade quanto verticalidade na divulgação de documentos.

Quanto à variedade de documentos contida nas 57 ocorrências coletadas, identificou-se oito documentos institucionais. A Tabela 8 os apresenta associados à frequência absoluta encontrada e à dimensão predominante com base no conceito de Ambiente Nutridor.

Quanto à natureza dos documentos, três deles são resoluções institucionais que, cronologicamente, instituíram programa de acesso à população refugiada e aprovaram a realização do processo seletivo especial (PSE). Outro documento é o próprio edital para o ingresso no PSE regulamentando o certame. Identificou-se ainda a chamada para seleção de vaga na casa do estudante; edital para seleção de bolsas de vulnerabilidade socioeconômica; edital para o discente cadastrar-se no rol de assistência estudantil; e por fim, encontrou-se um plano de

desenvolvimento de pessoas, contendo orientações para capacitar colaboradores no atendimento a refugiados.

Tabela 8.

Documentos institucionais categorizados de acordo com A.N.

| Dimensão do A.N | Documento | Frequência |
|---|--|-------------------|
| Minimização de condições social e biologicamente tóxicas | SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE VAGAS NA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO | 26 |
| | PROCESSO SELETIVO ESPECIAL | 10 |
| | EDITAL DE CADASTRO GERAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL | 5 |
| | BOLSAS DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA | 2 |
| Monitoramento e estabelecimento de limites sobre as influências e oportunidades de envolvimento em comportamentos problemáticos | RESOLUÇÃO N. 5.192, DE 13 DE JUNHO DE 2019 | 9 |
| | RESOLUÇÃO N. 5.230, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019 | 2 |
| | RESOLUÇÃO N. 5.279, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 | 2 |
| Promoção e reforço de comportamento pró-social | PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS | 1 |
| Flexibilidade? | | 0 |

Com os resultados encontrados, pode-se observar que os documentos abrangem três das quatro dimensões do AN, o que é considerado como critério básico para se poder afirmar que o ambiente é nutridor (Biglan, 2015). A maioria dos documentos identificados enquadram-se predominantemente na dimensão de minimização de eventos tóxicos, seguida pelo monitoramento e estabelecimento de limites e prosocialidade. Nenhum documento relacionado à dimensão de flexibilidade de valores sociais foi identificado.

Com base nesse resultado é possível observar que os esforços institucionais da universidade para tornar-se mais acolhedora e inclusiva para a população refugiada têm sido promissores. Contudo, partindo do pressuposto de que a inclusão por vias de fato “é caracterizada pelo acompanhamento e acolhimento do estudante, que vai desde o acesso à instituição até as expectativas psicológicas, emocionais e comunicacionais do discente, remoção de barreiras físicas e arquitetônicas e questões burocráticas” (Palamartchuk, 2022, p.4), ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir o sucesso acadêmico de estudantes refugiados.

Partindo do referencial teórico desta pesquisa, um ponto central a ser discutido relaciona-se com a identificação categórica na literatura de inclusão educacional de refugiados e no capítulo anterior desta pesquisa de que a barreira linguística dificulta a adaptação em qualquer contexto. A dimensão do A.N de minimização de condições social e biologicamente tóxicas considera justamente que, se não forem controladas as variáveis que tornam o ambiente do indivíduo estressor e comprometem sua saúde física e mental, as chances de bem-estar e

desenvolvimento pleno são altamente comprometidas. Lidar com a questão da língua é uma prioridade máxima no acolhimento de refugiados considerando o papel sociocultural da comunicação nas relações humanas. No que diz respeito ao contexto acadêmico, Rocha et al. (2021) exemplifica bem o risco de não considerar a minimização de eventos tóxicos. Os autores analisaram os processos seletivos especiais de 14 universidades brasileiras vinculadas à CSVM. Da amostra coletada, mais de 60% dos processos de ingresso não acompanharam acessibilidade linguística em editais/sites, o que levou os autores a considerarem que a língua foi um critério eliminatório antes mesmo da realização do processo seletivo.

A mesma lacuna foi observada na presente pesquisa, de modo que nenhum documento apresentou recursos de acessibilidade, incluindo o próprio edital referente ao processo seletivo, que foi divulgado apenas em língua portuguesa. Em ambos os casos citados, oferecer um documento em múltiplos idiomas, é uma forma eficaz das instituições reconhecerem a diversidade linguística e cultural do seu público-alvo, eliminar barreiras comunicativas que poderiam excluir determinados grupos e promover equidade no direito à informação.

Ainda sobre essa dimensão, os documentos referentes à assistência estudantil, bolsas de vulnerabilidade socioeconômica e fomento à moradia institucional também refletem os principais desafios que os refugiados enfrentam a partir do momento em que se tornam tais. É seguro supor que esse é um retrato não apenas dos estudantes refugiados, mas de pessoas refugiadas em geral. As condições de deslocamento forçado praticamente excluem qualquer possibilidade de planejamento mínimo para a vida com dignidade durante o trânsito e assentamento, o que os expõe a um quadro de desamparo social generalizado. É válido ressaltar que, sendo essa

vulnerabilidade inerente à condição de refúgio, não se pode esperar que iniciativas institucionais de uma universidade, por exemplo, consigam sozinhas responder satisfatoriamente a todas as demandas. Mas é indiscutível a necessidade de que, ao abrir o espaço institucional para essa população ocupar, não se deve negligenciar variáveis que exercem fator de risco para a permanência na educação superior.

Os documentos relacionados à dimensão de monitoramento e estabelecimento de limites constituem elementos fundamentais para o fortalecimento da estrutura institucional de inclusão. Na qualidade de resoluções institucionais, representam atos administrativos normativos cujo propósito é regulamentar matérias específicas, em conformidade com a competência das instâncias institucionais. Tais resoluções representam avanços políticos significativos, capazes de viabilizar a implementação de novas e aprimoradas condições de acolhimento estudantil. Segundo Biglan (2015), associar esta dimensão àquela primeira de minimização de eventos tóxicos, é uma estratégia promissora para atender às demandas sociais de forma eficaz. A proposta central consiste em integrar ações de remediação com medidas preventivas e, sempre que possível, com o planejamento para o desenvolvimento. Na prática, não se deve apenas reagir a problemas emergenciais, mas, simultaneamente, criar condições que antecipem a sua ocorrência. Tal lógica é defendida pelo autor tanto sob a perspectiva da promoção do bem-estar social quanto em termos da economia processual e financeira envolvida. No exemplo discutido nesta seção, uma forma de associar as duas dimensões seria dispor um edital de ingresso com a devida acessibilidade linguística e com a previsão curricular de curso de língua como etapa de adaptação inicial após o ingresso formal.

Na categoria de promoção e reforço de comportamento pró social apenas um documento foi categorizado, contudo sua frequência é naturalmente baixa pelo alvo do documento ser a comunidade interna de colaboradores da instituição, que normalmente encontram em uma única aba institucional todos os documentos direcionados a eles. A iniciativa de treinamento de pessoal para convivência com estudantes refugiados demonstra que a instituição reconhece a vulnerabilidade dessa população e considera importante preparar seus atores para lidar com tais questões. Apesar de ser majoritariamente associada à dimensão de pró socialidade, esse tipo de iniciativa também pode ser lido como monitoramento e estabelecimento de limites na medida em que prevê interações sociais mais informadas, promovendo uma cultura sensível à diversidade.

A ausência de documentos relacionados à dimensão de flexibilidade de valores sociais é autoexplicada pelos próprios dados obtidos no mapeamento. A instituição ainda se encontra concentrada no processo de desenvolvimento para assegurar um ingresso inclusivo e acolhedor. Assim, demandas que são mais distantes da atividade fim acabam não sendo contempladas diretamente. Apesar disso, essa dimensão pode encontrar reforço de outras formas, principalmente no que toca à relação entre pares, o acolhimento afetivo dentro da instituição e as identificações diversas mediadas por esse espaço.

Considerações Finais

Os achados desta pesquisa oferecem um panorama institucional dos avanços e desafios na construção de um ambiente universitário mais inclusivo para refugiados. Com base no organograma da instituição, todos os níveis institucionais se relacionaram com pelo menos uma

ocorrência documental, demonstrando coesão institucional com a pauta de inclusão de refugiados na educação superior. Apesar da pouca diversidade de documentos encontrados que mencionem especificamente o público de refugiados, o alcance desses documentos mostrou-se considerável pelos campi e órgãos da instituição. Esse dado é positivo pelo aumento da probabilidade de localização e conseqüente acesso/divulgação dos documentos. Alguns documentos foram divulgados não apenas por órgãos do campus sede, mas de outras localidades fora da zona metropolitana, corroborando com o processo de interiorização da educação superior para essa população.

O uso do conceito de Ambiente Nutridor para análise do presente mapeamento serviu para operacionalizar as iniciativas encontradas com base nas suas dimensões conceituais. Ainda que todas as categorias possam ser descritas de forma transversal pois refletem a complexidades das relações sociais, optou-se por realizar de modo predominante por dimensão como forma de diagnosticar a situação atual da instituição de maneira operacionalizada. O conceito também serviu, principalmente no capítulo 2, como norteador de prevenção de sofrimento psicológico.

A principal concentração de esforços institucionais foi na dimensão de minimização de condições tóxicas, com destaque para o direito básico de moradia, fator fundamental para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes refugiados. A ausência de recursos de acessibilidade linguística nos documentos institucionais revelou uma lacuna significativa, que já foi identificada em estudos anteriores, na qual a língua se torna um critério eliminatório antes mesmo da participação nos processos seletivos. A dimensão de monitoramento e estabelecimento de limites também se mostrou através de resoluções institucionais que normatizam questões

específicas para a população-alvo. Esses documentos representam avanços políticos importantes, que podem desencadear a criação de novas condições de acolhimento estudantil.

A dimensão de promoção e reforço de comportamento pró-social foi identificada em um documento que aborda o treinamento de colaboradores para a convivência com estudantes refugiados. Embora essa frequência seja naturalmente baixa, dado o público-alvo restrito, a iniciativa é relevante e pode ser interpretada como parte do monitoramento e estabelecimento de limites.

A dimensão de flexibilidade de valores sociais, por outro lado, não foi contemplada nos resultados dessa pesquisa, o que se explica pela priorização de demandas básicas, como moradia e assistência social. No entanto, para que a universidade se consolide como um ambiente verdadeiramente nutridor, é necessário que estratégias desenvolvimentais voltadas para a inclusão cultural e social sejam gradualmente incorporadas.

É importante considerar também que, na instituição analisada, o universo de estudantes refugiados ainda é pequeno em função de só ter ocorrido um processo seletivo especial e, por isso, é esperado que a formalização de políticas ainda seja discreta; além disso a evasão também corrobora para esse dado. Mas, ao considerar as tendências globais cada vez mais crescentes, é importante que a universidade se prepare para atender os futuros estudantes que receberá.

A limitação deste estudo consistiu em concentrar sua análise apenas na dimensão documental de caráter oficial. Supõe-se a existência de outras iniciativas voltadas para suporte e acolhimento de estudantes refugiados que, por terem natureza diferente do alvo dessa pesquisa,

não foram inseridas na presente discussão. Em contrapartida, considera-se como contribuição a operacionalização e diagnóstico documental alcançados. O mapeamento da situação oficial da instituição na questão de inclusão de refugiados fornece um parâmetro seguro para avaliar os avanços que a instituição já teve, bem como as lacunas que devem ser sanadas ao longo do processo. Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço de esforços que consolida a universidade como um Ambiente Nutridor para estudantes refugiados ingressarem, permanecerem e alcançarem o sucesso acadêmico.

Capítulo 4

Tecituras Sobre A Educação Superior de Refugiados

Este capítulo tem como objetivo principal integrar e inter-relacionar as conclusões e as descobertas apresentadas nos capítulos anteriores deste estudo. Através dessa integração, busca-se consolidar uma análise transversal e abrangente da situação da educação superior para refugiados, adotando como arcabouço teórico o conceito de Ambiente Nutridor. Essa perspectiva permitirá uma compreensão mais profunda e multifacetada dos desafios e oportunidades enfrentados por essa população no contexto educacional.

O cenário contemporâneo da crise humanitária demonstra um aumento progressivo e contínuo dos deslocamentos forçados ao redor do mundo. Para além dos conflitos armados e das violações sistemáticas de direitos humanos, o fenômeno do refúgio climático tem se consolidado como um desafio emergente. Eventos climáticos extremos ocorrem com maior frequência e intensidade, reduzindo o intervalo entre suas ocorrências e impactando diretamente a migração

forçada. Adicionalmente, a ascensão de governos autoritários em potências mundiais, como os Estados Unidos, afeta significativamente o cenário geopolítico humanitário. Esse contexto tanto fomenta o deslocamento forçado quanto influencia uma cultura global de aversão à cooperação social. Diante dessa conjuntura, não é precipitado afirmar que a realidade futura demandará um enfoque intercultural mais intenso e complexo, englobando os desafios de acolhimento e inclusão de populações deslocadas.

Quanto a esses desafios, a pesquisa bibliométrica apresentada no presente trabalho, apesar de focar em aspectos de educação escolar, evidenciou que nesse contexto emergem demandas e dificuldades diretamente relacionadas a direitos básicos. Nesse sentido, é necessário pontuar a continuidade do aspecto de generalização da violação de direitos, uma vez que essa característica tanto está presente no ato do deslocamento, quanto configura-se uma realidade no assentamento. Nas temáticas observadas nos artigos selecionados na presente revisão, com maior frequência foram identificados artigos que apenas ensaiam teoricamente sobre a garantia de direitos e a inclusão social e com muito menor frequência encontrou-se artigos que descrevem experiências práticas e operacionalizadas de caminhos para materializar tais direitos. Em uma lacuna dessa natureza é que residem as condições para a continuidade da marginalização dessa população e a intensificação da vulnerabilidade social.

Ainda nessa esteira, os achados da investigação empírica e do mapeamento institucional também apontam para a mesma problemática: a inclusão social de refugiados no ambiente educacional não é sistematicamente estruturada e programada pelas instâncias que os recebem. A

carência de tal estrutura, além de configurar um problema social, pode incorrer em desdobramentos em nível individual, como foi observado na experiência dos participantes da entrevista que demonstraram sobrecarga considerável em ter que conciliar sua adaptação ao novo contexto com a luta pela legitimação dos seus direitos naquele espaço.

No que toca à fragilidade documental em nível institucional, são gerados e intensificados diversos obstáculos, tanto práticos quanto simbólicos. Sem diretrizes claras, as instituições de ensino enfrentam dificuldades para acolher esses estudantes, muitas vezes exigindo documentações inacessíveis ou adotando critérios seletivos excludentes, como a ausência de acessibilidade linguística identificada no mapeamento documental realizada na presente pesquisa. Além disso, a ausência de políticas públicas específicas contribui para a falta de apoio financeiro, pedagógico e psicossocial, o que compromete a permanência desses estudantes. Como consequência, a inclusão de refugiados se torna desigual e depende da iniciativa isolada de algumas universidades – assim como também de atores institucionais e dos próprios estudantes, gerando insegurança e instabilidade. A falta de reconhecimento oficial também reforça a invisibilidade desse grupo e nessa ausência reforça-se, por tabela, a falha em legitimar o direito à educação superior.

Enquanto tecitura, é importante também enfatizar as relações de poder costuradas na base da crise humanitária. A iniciativa da ONU para acolher refugiados foi protagonizada por países que, historicamente e sistematicamente, foram — e ainda são — corresponsáveis pela intensificação de conflitos, desigualdades e deslocamentos forçados, sobretudo por meio de

práticas coloniais, intervenções militares, exploração econômica e políticas migratórias seletivas. O impacto que uma potência mundial exerce sobre um desafio social como o refúgio não se limita ao plano diplomático ou logístico, mas penetra desde questões básicas, como o acesso a direitos fundamentais, até aspectos mais sofisticados, como a produção e circulação do conhecimento sobre o tema. Na presente pesquisa, por exemplo, a indisponibilidade gratuita de uma quantidade significativa de artigos científicos sobre educação de refugiados e a predominância de publicações com autoria eurocentrada revelam dinâmicas de poder que configuram um cenário de desigualdade epistêmica. Esses elementos não são meras limitações técnicas ou editoriais, mas indicativos de como o conhecimento, assim como os corpos em movimento, é hierarquizado e geopoliticamente controlado. Assim, estudar a inclusão de refugiados no ensino superior exige não apenas uma análise pedagógica ou institucional, mas também uma leitura crítica sobre quem define os parâmetros de saber, legitimidade e pertencimento nesse campo.

É igualmente necessário problematizar o fato de que, embora a presença de refugiados no cenário global remonte ao pós-Segunda Guerra Mundial — momento em que foi oficialmente criado o Estatuto dos Refugiados —, ainda em 2025 as medidas de inclusão permanecem incipientes, fragmentadas e, muitas vezes, simbólicas. Passadas mais de sete décadas, a lentidão em estruturar políticas públicas efetivas e universais revela não apenas a negligência histórica dos Estados, mas também a seletividade com que o refúgio é reconhecido, acolhido e integrado às estruturas sociais, especialmente no campo educacional. A persistente precariedade dos mecanismos de acesso ao ensino superior, por exemplo, escancara a distância entre a retórica

humanitária e as práticas institucionais concretas. A invisibilidade de refugiados nas políticas educacionais e a ausência de marcos legais robustos sugerem que, embora o deslocamento forçado seja um fenômeno duradouro e amplamente documentado, ele ainda é tratado como uma exceção emergencial, e não como uma realidade estrutural que exige respostas de longo prazo. Nesse sentido, a exclusão não é apenas efeito da omissão, mas expressão de uma lógica de gestão global seletiva que distribui o acolhimento segundo interesses geopolíticos, econômicos e raciais.

Quanto às contribuições do presente trabalho, inclusive considerando o papel social e político da atividade científica, reitera-se que a revisão bibliométrica descrita no estudo, além de reforçar uma tendência global, oferecer um panorama educacional com dados de diversos países, níveis educacionais e períodos cronológicos, caracteriza-se como um esforço exploratório para conhecer melhor a realidade social relacionada ao tema, além de sumarizar desafios de magnitude ampla compartilhados pela população independente das suas culturas de origem e destino de reassentamento. Esse esforço tanto é feito com base no potencial de resposta social que a atividade científica pode oferecer, quanto coaduna-se com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

No quesito da experiência empírica descrita nesta pesquisa, foi possível verificar a interação entre as variáveis do ambiente educacional que se relacionam na experiência dos estudantes agindo como fatores de risco ou de proteção para sua permanência escolar. Tais fatores inclusive foram concatenados com os achados temáticos da revisão bibliométrica. Ao explorar a experiência empírica com base no conceito de Ambiente Nutridor, considera-se de

grande contribuição o modelo de operacionalização oferecido para criar parâmetros exploratórios que auxiliem no conhecimento da população, bem como dos principais desafios enfrentados, e, ao mesmo tempo, descreva uma possibilidade de intervenção prática para melhorar o ambiente em que os estudantes estão inseridos.

Considera-se ainda como contribuição, a possibilidade de derivar de tal operacionalização, uma parametrização para avaliação de políticas institucionais, tendo em vista que o conceito de Ambiente Nutridor contempla dimensões ambientais que acompanham a experiência do indivíduo desde o seu ingresso à conclusão do curso e que o estudo de caso do mapeamento institucional apontou uma regularização institucional ainda frágil em equilibrar aspectos de remediação, prevenção e desenvolvimento. Assim, reuniram-se simultaneamente subsídios científicos baseados em evidências, teóricos, metodológicos e práticos para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas institucionais de inclusão. Para além da contribuição de diagnóstico institucional, o mapeamento realizado também é relevante para defender a necessidade de solidificar e legitimar a universidade como espaço de acolhimento para refugiados, ao mesmo tempo em que pode inspirar replicações em diferentes contextos educacionais.

Um cuidado presente em todos os estudos descritos foi o manejo com o tema, dado que a vulnerabilidade da população se transfere para tudo que envolve essa realidade. Assim, desde o princípio da pesquisa foi reconhecida a complexidade e multifatorialidade do tema. Foi também reconhecida a limitação contextual de alcance de uma pesquisa de mestrado realizada em um período de dois anos. Tendo isso em vista, a própria diversidade metodológica encontrada nesta

pesquisa, ao abordar diferentes dimensões da experiência com a coleta de diferentes tipos de dados, aponta para o compromisso social de conhecer para intervir. Com o estágio ainda incipiente da educação de refugiados - tanto na produção científica sobre o tema, quanto no acolhimento no ambiente acadêmico e na estrutura institucional destinada à inclusão – é natural que os esforços estejam mais concentrados na dimensão exploratória. Mas para além disso, a escolha do referencial teórico de Ambiente Nutridor representa uma expectativa de avanço no campo das intervenções por fornecer um modelo teórico flexível e abrangente.

É importante destacar também que esse estudo teve limitações que podem ser contempladas em investigações posteriores: o critério adotado na revisão bibliométrica que excluiu artigos indisponíveis gratuitamente reduziu significativamente o número de artigos analisados; e a escolha pelo método de estudo de caso na pesquisa empírica e no mapeamento institucional limitou os aspectos de generalização das conclusões obtidas.

Em síntese, por que, então, não estamos agindo para salvar o mundo? Essa é uma provocação feita por Skinner (1982) que se alinha ao referencial teórico abordado nesta pesquisa e aos pontos levantados nessa tecitura. Em acréscimo, Biglan (2015) defende, ainda que de forma otimista e com as devidas ressalvas, que a ciência hoje já dispõe das ferramentas necessárias para tornar o mundo mais nutridor. Na prática, isso seria evidenciado em uma cultura de responsabilidade coletiva e preservação, em que indivíduos, agentes políticos, econômicos, religiosos e científicos se comportassem como se o futuro fosse hoje, sob o risco de não ter futuro algum (Skinner, 1982).

Sem incorrer no otimismo ingênuo, retoma-se aqui como caminho possível para o enfrentamento eficaz da problemática o poder de transformação social mediado pela educação (Freire, 1987). Ainda que não seja o único fator determinante, a educação constitui um alicerce essencial para a construção de alternativas viáveis ao ciclo de precarização social. No contexto da população de refugiados, e citando os próprios participantes do estudo empírico aqui inserido, a educação representa um meio fundamental para a construção de um futuro distinto daquele previsto pela probabilidade de marginalização social. Dessa forma, sua defesa e promoção justificam-se como um imperativo ético e político.

As tecituras desta pesquisa reconhecem o direito à educação e a abordam como ato político; evidenciam uma tendência mundial que exige preparo não apenas em sentido remediativo, e sim um preparo do tipo que antecipe problemáticas e desenvolva condições seguras para o desenvolvimento humano; apontam também lacunas na regularização educacional e a necessidade de ampliar o repertório institucional para todas as fases da educação; e mostram que não se deve interromper os esforços de inclusão após o ingresso: este mesmo deve ser revisado constantemente e devem ser consideradas as variáveis de permanência, principalmente aquelas relacionadas a fatores de risco e proteção.

Nesse sentido, a contextualização para propostas que considerem a acessibilidade linguística nos editais de processos seletivos especiais; que prevejam adaptação curricular e recursos alternativos de avaliação acadêmica; que estruturam programas de socialização, como tutorias e afins, como componentes fixos de transição e adaptação acadêmica; que incentivem à

capacitação à realidade intercultural em contexto dentro e fora de sala de aula, são exemplos de reverberações que espera-se que sucedam a presente pesquisa.

Referências

- Almeida, E. P., Silva, A. O., Pereira, M. M., Moreira, E. B., Nascimento, S. I., Oliveira, S. A., Diógenes, V. C. N., & Neto, M. L. (2019). Refugee Access to Higher Education in the World. *Am. In. Mult. J.*, 118-147. <https://doi.org/10.14295/aimj.v4i7.85>
- Almeida, L., Marinho-Araujo, C. M., Amaral, A., & Dias, D. (2012). Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e Brasil. *Avaliação*, 17(3), 899-920. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772012000300014>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2019). *Resumo executivo: Versão online*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Recuperado de <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/legacy-pdf/Resumo-Executivo-Versa%25CC%2583o-Online.pdf>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2025). *Cátedra Sérgio Vieira de Mello*. ACNUR. <https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (n.d.). ACNUR no Brasil. ACNUR. <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>
- Andrade, L. (2020). Universidade: autonomia, diversidade e inclusão. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(2), 1600-1614. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp2.13830>
- Araújo, C. A. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11–32. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>
- Atkins, P. W. B., Wilson, D. S., & Hayes, S. C. (2019). *Prosocial: Using evolutionary science to build productive, equitable, and collaborative groups*. New Harbinger Publications. Biglan, A. (2015). *The nurture effect. how the science of human behavior can improve our lives and our world*. Harbinger.

- Alves, I. M. da S., & Borges, M. C. (2025). A função social da universidade e a política de assistência estudantil para maior acesso e permanência na Educação Superior. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, 56, 99-112. Doi 10.5281/zenodo.14861988
- Biglan, A., & Embry, D. D. (2013). A framework for intentional cultural change. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 2, 95-104. [10.1016/j.jcbs.2013.06.001](https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2013.06.001)
- Biglan, A., Brennan, P. A., Foster, S. L., Holder, H. D., & Miller, T. L. (2004). *Helping adolescents at risk: prevention of multiple problem behaviors*. Guilford.
- Bradford, S.C. (1985). Sources of information on specific subjects 1934. *Journal of Information Science*, 10 (4), 176–180.
<https://doi.org/10.1177/016555158501000407>
- Braun, V., & Clarke, V. (2007). *Using thematic analysis in psychology*. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
<https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brito, A. L. (2022). Inclusão social e a importância da língua no contexto migrante. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, 3(15), 1-22.
<https://doi.org/10.55470/relaec.37732>
- Cabral, G. P. (2019). Educação para a cidadania global no Brasil e a participação do imigrante. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 7(14), 172-186.
<https://doi.org/10.21527/2317-5389.2019.14.172-186>
- Caregnato, C. E., Miorando, B. S., & Baldasso, J. C. (2022). Socialização acadêmica de estudantes em uma universidade pública de pesquisa: Variações da experiência estudantil na relação com o capital cultural. *Educar em Revista*, 38, e85949.
<https://doi.org/10.1590/1984-0411.85949>
- Carvalho, M. G. G., & Vieira, A. M. D. P. (2019). O ensino superior poderia ser considerado um direito fundamental? *Interacções*, (51), 1-19.
- Carvalho, T. O., & Marinho-Araujo, C. M. (2010). Psicologia escolar e orientação profissional: fortalecendo as convergências. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 219-228. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200007
- Cavalcante, A. V. C. de M., Silva, A. C., & Beckmann, A. C. M. (2023). Ensino Remoto Emergencial: a perda do sentimento de pertencimento à universidade. *Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade*, 12(02).
<https://doi.org/10.9771/re.v13i02.50893>
- Cevallos, E. A., Varsori, E., & Guilherme,

- A. A. (2024). Processo de ingresso no ensino superior de estudantes imigrantes e refugiados: Uma revisão sistemática. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2). <https://doi.org/10.21814/rlec.5711>
- Chizzotti, A. (1998). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. Cortez.
- Comissão Permanente de Processos Seletivos. (2020). *Relação de classificados 6º processo seletivo especial 2020 - PSE-2020-6 - MIGRE*. Universidade Federal do Pará.
https://ceps.ufpa.br/images/conteudo/pse/pseUfpa2020-6/resultado/RELACAO_C_LASSIFICADOS_PSE2020-6_MIGRE_V1.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). (21a ed.). Saraiva.
- Convenção das Nações Unidas relativas ao Estatuto dos Refugiados. (1951). ACNUR.
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf
- Darwin, C. (1979). *A origem das espécies*. Hermus.
- Declaração de Cartagena (1984). ACNUR.
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Organização das Nações Unidas.
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Dryden-Peterson, S. (2016). Policies for Education in Conflict and Post-Conflict. In K. Mundy, A. Green, B. Lingard, & A. Verger (Orgs.), *The Handbook of Global Education Policy*. Wiley Blackwell.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador: Uma história dos costumes* (Vol. 1, 2ª ed.). Zahar.
- Flick, U. (2009). *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Artmed.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Paz e Terra.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Líber Livro Editora.
- Gay, G. (2013). Teaching To and Through Cultural Diversity. *Curriculum Inquiry*, 43(1), 48–70. <https://www.jstor.org/stable/23524357>

- Gediel, J. A. P. & Godoy, G. G. de. (2016). *Refúgio e hospitalidade*. Kairós.
- Gil, A. C. (2023). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (7a ed). Atlas.
- Gil, A.C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed). Atlas
- Hayes, S. C. (1993). *Analytic goals and the varieties of scientific contextualism*. Context Press.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. Guilford Press.
- Heringer, R. (2018). Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 7-17. <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>
- Hiro, C. D. (2011). Uma trincheira chamada educação: o papel da educação no contexto da luta de classes. *Revista Espaço Acadêmico*, 125, 69-76. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12764/7980>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>
- Junger, G. S., Cavalcanti, L., Lemos, S. S., Tonhati, T., & Lima, L. F. C. (2023). *Observatório das migrações internacionais*. OBMigra. https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Refugio_em_Numeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. (2017, 24 de maio). Institui a Lei de Migração. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm
- Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. (1997, 22 de julho). Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm
- Lotka, A. J. (1926, June). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 16(12), 317-323. <https://www.jstor.org/stable/24529203>

- Mendola., D & Pera., A. (2022). Vulnerability of refugees: some reflections on definitions and measurement practices. *International Migration*, 5(60), 108-121. <https://doi.org/10.1111/imig.12942>
- Ministério da Educação (2023). Censo da educação superior 2022. INEP. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf
- Nierotka, R. L., & Trevisol, J. V. (2019). *Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira*. UFFS Editora. <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/acoes-afirmativas-na-educacao-superior-a-experiencia-da-universidade-federal-da-fronteira-sul>
- Oliveira, A. C., Araújo, A. A. A., Pita, A. C., Godoy, G. G., Campos, M., Andrade, P. C., Marinucci, R., & Milesi, R. (2015). Cadernos de debate refúgio, migrações e cidadania. *Instituto Migrações e Direitos Humanos*, 10(10), 1-132. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-10_Refugio-Migrações-e-Cidadania.pdf
- Oliveira, C. R., Peixoto, J., & Góis, P. (2017). A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 73–98. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0016>
- Palamartchuk, A. P. (2022). Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. *Educação e Pesquisa*, 48, e224434. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244344>
- Parejo, J. L., Ruiz-Requies, I., & González-Pedraza, A. Refugiados: una nueva educación intercultural para la ciudadanía global. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 23(1), 113-124. <https://doi.org/10.6018/reifop.408541>
- Pixel. (s.d.). Guidelines for the inclusion of refugees in education. Recuperado de https://together.pixel-online.org/files/guidelines/Guidelines_Portuguese%20Version.pdf
- Porto, C., & Régnier, K. (2003). *O ensino superior no mundo e no Brasil - condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória*. Portal Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>

Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967). ACNUR.

https://www.unhcr.org/media/states-parties-including-reservations-and-declarations-1967-protocol-relating-status-refugees?_gl=1%2A177efgt%2A_rup_ga%2AMjEyMjMwMTI4Mi4xNjgxMzQwODk0%2A_rup_ga_EVDQTJ4LMY%2AMTcwNjU1NTMwMi4zNi4xLjE3MDY1NTU3NDMuMC4wLjA.%2A_ga%2AMjEyMjMwMTI4Mi4xNjgxMzQwODk0%2A_ga_1NY8H8HC5P%2AMTcwNjU1NTMwMi4zNi4xLjE3MDY1NTU3NDMuMC4wLjA.#_ga=2.132653128.7926857.1706412714-2122301282.1681340894

Resolução nº 5.279, de 19 de fevereiro de 2020 (2020, 19 de fevereiro). Aprova a realização do Processo Seletivo Especial 2020 (PSE MIGRE – 2020), destinado à seleção de candidatos/as imigrantes, refugiados/as, asilados/as, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ofertado pela UFPA. https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2020/5279%20%20Aprova%20%20o%20Processo%20Seletivo%20Especial.pdf

Ribeiro, S. L., & Duboc, M. J. O. (2023). Políticas e práticas inclusivas no Ensino Superior: intenções e tensões. Em S. L. Ribeiro & M. J. O. Duboc (Orgs.), *Políticas inclusivas* (pp. 95-112).

Rocha, S. R. P., Azevedo, R. S., & Mendes, G. M. L. (2021). Educação superior para refugiados: uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello. *Revista Iberoamericana de Educación*, 88(1), 147-162.

Santos, B. S. (2017). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. (3a ed.). Corte Editora.

Santos, I. D. C. (2021). *A Educação de Crianças Refugiadas: uma análise comparativa entre Brasil e Espanha*. Editora Thoth.

Santos, L. M. S., & Costa, F. S. (2023). Fatores associados à saúde mental de estudantes universitários: Proposta de modelo teórico. *Encena*, 17(2), 43-58. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/16216/21529>

Schafer, S. (2021). 4 cidades que acolhem refugiados. *Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados*. <https://www.acnur.org/portugues/2021/10/26/4-cidades-que-acolhem-refugiados/>

Silva, M. R., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2011). Bibliometric and scientometric analyses: challenges for specialists working in the field. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 2(1), 110-129.

- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. Free Press/Collier MacMillan.
- Skinner, B. F. (1969). *Cointigency of reinforcment: a theoretical analysis*. Appleton-Celitury-Crofts.
- Skinner, B. F. (1982). Why are we not acting to save the world? *The Behavior Analyst*, 5(1), 1–10. <https://doi.org/10.1007/BF03393110>
- Soares, A. B., & Del Prette, Z. A. P. (2015). Habilidades sociais e adaptação à universidade: Convergências e divergências dos construtos. *Análise Psicológica*, 33(2), 139-151. doi: 10.14417/ap.911
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67.
- Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]*, 19(3), 777-796. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>
- Tutela provisória na ação cível originária 3.121 Roraima. (2018). Fluxo migratório misto. Venezuela-Brasil. Situação de refúgio lato sensu. Conflito federativo. Estado de Roraima. União. Fechamento de fronteira. Pedido de tutela antecipada. Indeferimento. Supremo Tribunal Federal. <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ACO3121tutela.pdf>
- Ullah, H., & Wilson, M. A. (2007). Students' academic success and its association to student involvement with learning and relationships with faculty and peers. *College Student Journal*, 41(4), 1192-1202.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2017). *Education for Sustainable Development Goal: learning objectives*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>
- United Nations High Commissioner for Refugees (s/d). *What is a Refugee?* <https://www.unrefugees.org/refugee-facts/what-is-a-refugee/>
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2023a, June). *Global Trends Report 2022*. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022>
- United Nations High Commissioner for Refugees. (2021, 28 de julho). *High Commissioner's Op-Ed – 70th Anniversary of the 1951 Refugee Convention*. UNHCR South Eastern Europe. <https://www.unhcr.org/see/13519-high-commissioners-op-ed-70th-anniversary-of-the-1951-refugee-convention.html>

- United Nations High Commissioner for Refugees. (2023b, September). *Unlocking Potential: The Right to Education and Opportunity*.
<https://www.unhcr.org/media/unhcr-education-report-2023-unlocking-potential-right-education-and-opportunity?>
- United Nations. (2017). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.
- Zipf, G. K. (1949). *Human behavior and the principle of least effort*. Addison Wesley Press.

Apêndices

Apêndice A

TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “**Ambiente Nutridor e Educação de Refugiados: Análise da Experiência no Ensino Superior**”, cuja pesquisadora responsável é Anne Victoria Castro de Moura Cavalcante, orientada pela Prof^ª Dr^ª Aline Beckmann de Castro Menezes.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o Ambiente Nutridor para estudantes com status de refúgio reconhecido, solicitantes de asilo e/ou apátridas no ensino superior.

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) por se enquadrar na população alvo desta pesquisa, ser discente universitário da instituição na qual essa pesquisa será realizada e estar com matrícula ativa no presente semestre.

O(A) Sr(a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma.

Caso aceite participar, sua participação consiste em 3 encontros presenciais com a pesquisadora, um auxiliar de pesquisa e demais participantes para discutir aspectos do Ambiente Nutridor na sua experiência institucional e validar as impressões e análises da pesquisadora acerca do que foi discutido. Cada um dos encontros terá duração aproximada de duas horas e será gravado em áudio.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, e a presente pesquisa apresenta os seguintes riscos: vazamento de relatos pessoais que possibilitem a identificação dos participantes, desconforto durante as gravações de áudio dos grupos focais e cansaço dos participantes durante os grupos focais.

Para reduzir tais riscos, foram planejadas as seguintes ações: armazenamento com senha e acesso restrito das gravações de áudio, omissão dos nomes dos participantes e quaisquer informações pessoais que permitam identificação nas transcrições dos áudios, limitação temporal das entrevistas a no máximo duas horas e possibilidade de suspensão imediata da participação em qualquer fase do estudo, sem prejuízos. Também será articulada uma parceria institucional com serviços de saúde mental, especificamente, para garantir o acolhimento de qualquer participante que, em função dos procedimentos de pesquisa, tenha necessidade de tal intervenção.

São esperados os seguintes benefícios do estudo: contribuição científica para a área de educação de refugiados, com ênfase no ensino superior; feedback institucional sobre a qualidade do ambiente para a população; e avanço científico com a aplicação do conceito de Ambiente nutridor.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Com o objetivo de facilitar a comunicação durante a entrevista, caso você prefira e se sinta mais confortável em participar com a presença de um intérprete, insira aqui o idioma de interesse: _____.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFPA que funciona no Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará (CEP - ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, nº 01, Campus do Guamá. UFPA, Faculdade de Enfermagem do ICS, sala 13, 2º andar, CEP: 66.075-110, Belém-Pará. Tel: 3201-7735. E-mail:

cepccs@ufpa.br

Participante:.....

E-mail:

Loca e data:

Assinatura do Participante

Anne Victoria castro de Moura Cavalcante

Psicóloga (CRP 10/9292) e Mestranda em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Contato: Laboratório de Soluções Educacionais, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém – Pará – Brasil.

Fone: (91) 98581-9210.

E-mail: annevicmoura@gmail.com

Apêndice B

Quadro Resumo De Processos Logísticos das Entrevistas Antes, Durante E Depois Da Sua Realização.

| | |
|----------------|---|
| Antes | <ol style="list-style-type: none"> 1. Convite aos participantes 2. Assinatura do TCLE 3. Recolha de e-mail dos participantes 4. Reserva de espaço para realização da entrevista 5. Envio de e-mail com informações sobre data, horário e local da entrevista; agendamento com intérprete 6. Preparação do espaço (limpeza, organização das cadeiras, checagem de ventilação/refrigeração, disposição de bebida e lanche, disposição de música ambiente, o que mais ocorrer) 7. Separação dos materiais necessários (gravadores, papel, caneta) |
| Durante | <ol style="list-style-type: none"> 1. Recepção 2. Explicação sobre a entrevista e seus objetivos 3. Apresentação da parceria institucional de acolhimento 4. Condução da entrevista 5. Encerramento da entrevista |
| Depois | <ol style="list-style-type: none"> 1. Organização da sala/auditório 2. Transcrição de gravação 3. Preparação para o encontro seguinte |

Apêndice C

Aspectos Do Ambiente Nutridor (Biglan, 2015) E Adaptação Desses Aspectos Para A Realidade

Da Educação Superior.

| Aspecto Ambiental | Definição | Adaptação |
|--|--|---|
| Minimização de Eventos Tóxicos | Ambientes com risco reduzido de eventos biológicos e psicologicamente tóxicos. | Qualidade da adaptação cultural, do clima institucional, da promoção e acesso à políticas institucionais de permanência (renda, moradia, alimentação), saúde e segurança. |
| Promoção, Ensino e Reforço de Pró-Socialidade | Ambientes altamente reforçadores, com ênfase nas consequências para os comportamentos cooperativos (cuja função envolve o benefício de outro indivíduo ou do grupo) | Pró-socialidade nas relações entre pares, docente/discente e discente/instituição. |
| Limitação de Oportunidades para Comportamentos Problemáticos | Ambientes com sistema de monitoramento e supervisão eficazes. | Nível de rastreamento e intervenção institucional para comportamentos problemáticos e de promoção de ações de prevenção e conscientização. |
| Promoção de Flexibilidade Psicológica | Ambientes com apoio para o desenvolvimento de flexibilidade psicológica no que tange a disposição de espaços simbólicos para o compartilhamento de pensamentos e sentimentos sem julgamento e resistência. | Flexibilidade psicológica nas relações entre pares, docente/discente e outros atores institucionais/discente e no incentivo institucional por meio de programas/projetos/oficinas relacionados à aquisição/manutenção/fortalecimento de flexibilidade psicológica (direta ou indiretamente) |